



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

## EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

Procedimento Licitatório nº 027/2026

REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: Menor Preço por Item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS – ☐ SIM ☒ NÃO

MODO DE DISPUTA ABERTO

O **MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG**, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) **Irineu Silva Junior** e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, com critério de julgamento: **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e as exigências estabelecidas neste Edital.

**ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:** até às 08h59min do dia 13 julho de 2026.

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA DISPUTA DE LANCES:** Dia 13 de julho de 2026 às 09h00min

**SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

O encaminhamento das propostas exclusivamente pela plataforma digital deverá ser efetuado até a data e horários fixados para abertura das propostas comerciais.

Após a abertura das propostas comerciais via plataforma digital, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da **LICITANET**.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor do **Município de Pimenta/MG**, denominado (a) Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados exportados, gerados e/ou transferidos para a Plataforma de Pregão Eletrônico constante da página eletrônica da **LICITANET no site:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

cargo do licitante.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

## 1. DO OBJETO

O objeto da presente é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frotas, compreendendo o agenciamento de combustíveis, fornecimento de peças, acessórios, lubrificantes, pneus e serviços de manutenção preventiva e corretiva, mediante utilização de sistema informatizado e rede credenciada, para atendimento das demandas do Município de Pimenta/MG.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.** A participação nesta licitação é restrita aos interessados cujo ramo de atividade seja compatível<sup>1</sup> com o objeto desta licitação e que sejam **empresas previamente credenciadas** na Plataforma de Pregão Eletrônico da LICITANET, considerando o seguinte:

**2.1.1.** Não será(ão) concedido nesta *Licitação* exclusividade para ME/EPP para todo(s) o(s) item(ns)/lote(s) ampla concorrência destinados para empresas/ pessoa física que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei

<sup>1</sup> **Nota Explicativa:** O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica. Nesse sentido o Tribunal de Contas da União, Acórdão 642/2014-Plenário.



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4.** Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7.** Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.6.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio<sup>2</sup>;

**2.6.10.** Pessoa física;

**2.6.11.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.6.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

<sup>2</sup> **Nota Explicativa:** A vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é exceção e essa opção deverá ser devidamente justificada pela Administração, nos termos do [art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

**2.7.** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.10.** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.12.** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

**3.1.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Plataforma de Pregão Eletrônico, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**3.2.** O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados da plataforma credenciada:

**3.2.1.** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante.

**3.3.** O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, dentro da vigência do plano contratado pelo licitante, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto à plataforma de pregão eletrônico e/ou canceladas por solicitação do licitante.

**3.4.** A manutenção ou alteração da senha de acesso será feita através de pedido



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

do licitante junto ao atendimento On-Line (CHAT) do site LICITANET, sendo que a nova senha será enviada por via de e-mail, de forma imediata.

**3.5.** É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo à LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.6.** O cadastramento do licitante junto à Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

**3.7.** As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma LICITANET - licitações online: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br): (34) 99807-6633 e (34) 3014-6633 ou pelo e-mail [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br).

**3.8.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.9.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

**3.9.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**4.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha

**4.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**4.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.5.** Até o prazo final para acolhimento das propostas, os licitantes poderão retirar



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

**4.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**4.7.** O envio dos documentos de habilitação somente estará disponível após o encerramento do envio de lances e negociação dos preços com a licitante melhor classificada.

**4.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**4.9.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**4.10.** No cadastramento da proposta inicial (ou dos documentos de habilitação, conforme o caso), o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.10.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.10.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.10.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.10.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.11.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.12.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.12.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de





# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.12.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.13.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.10 ou 4.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.14.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.15.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.16.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.17.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.17.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.17.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.<sup>3</sup>

**4.18.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.18.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.18.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.19.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.17 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.20.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar

<sup>3</sup> Nota explicativa: O [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), admite que o licitante utilize do sistema oficial para estabelecer previamente seus lances, inclusive o lance mínimo ou o maior percentual de desconto, de modo que o sistema automaticamente receba os lances sem a necessidade de inserção manual a cada lance. A utilização desse instrumento é uma faculdade oferecida ao licitante.



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.21.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, no que couber:

**5.1.1.** Percentual de desconto do item;

**5.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**5.3.** Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**5.6.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte dos contratados, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando





# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**6.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

**6.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.1.** O lance deverá ser ofertado pela *taxa de desconto do item*.

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de percentual inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** A seleção da proposta mais vantajosa para o Município será realizada observando-se a “**MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**” que corresponde ao valor percentual, com no máximo duas casas decimais.

**6.8.1.** Considera-se “**taxa de administração**” aquela cobrada da CONTRATADA à Administração Pública.

**6.8.2.** Para fins de participação na licitação, as propostas deverão ser apresentadas considerando o percentual máximo de 1,00% (valor médio) da “**taxa de administração**”, observando a “**taxa total de credenciamento**” de **3,60% para postos de combustíveis e 6,97% para oficinas mecânicas, autopeças e serviços correlatos que é a taxa máxima permitida para à administradora cobrar do credenciado conforme definido no Termo de Referência** e os lances serão apresentados em ordem decrescente considerando o intervalo mínimo de - 0,01% (duas casas).

**6.9.** Considera-se “**taxa total de credenciamento**” o somatório de todas as taxas (taxa de transação, taxa de credenciamento, taxa por lote, taxa por depósito, taxa de cobrança, taxa de expedição, taxa de manutenção, anuidades, etc) que poderão ser cobradas pela CONTRATADA dos entes credenciados.

**6.9.1.** A taxa a ser cobrada dos estabelecimentos deverá contemplar a toda e qualquer taxa que poderá ser aplicada aos fornecedores/credenciados sobre a despesa incorrida no interstício entre a prestação de serviços e a obrigação de pagamento da contratada aos credenciados.



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

**6.10.** Será admitida uma “taxa de administração”, ofertada em percentual, com no máximo duas casas decimais, não superior a 1,00 % (um por cento), sendo permitido, o resultado final corresponde a taxa de administração negativa<sup>4</sup>.

**6.11.**

## 7. DO MODO DE DISPUTA

### 7.1. Modo de disputa aberto:

**7.1.1.** O intervalo mínimo de diferença de valores<sup>5</sup> entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

**7.1.2.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.1.3.** Prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.1.4.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.1.5.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**7.1.6.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) Pregoeiro (a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.2.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.3.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.4.** No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.5.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.6.** O Critério de julgamento adotado será o *menor preço - item*, conforme

<sup>4</sup> TCU – Acórdão nº 552/2008, Plenário: 9.2.1. [...] a apresentação de ofertas de taxas de administração negativas ou de valor zero não implica em violação ao disposto no art. 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

<sup>5</sup>**Nota Explicativa:** Adotado o modo de disputa aberto, a previsão de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 c/c com art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

definido neste Edital e seus anexos.

**7.7.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

**7.8.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

**7.9.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.10.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.11.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.12.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.13.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**7.13.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.13.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.13.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

**7.13.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.13.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

**7.13.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.13.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.13.2.2.** Empresas brasileiras;

**7.13.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.13.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.14.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.14.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.14.2.** O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.15.** Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**8.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**8.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**8.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**8.5.** O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.5.1.** É facultado ao (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.5.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por **outro meio** e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.5.3.** *Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o (a) Pregoeiro (a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra<sup>6</sup>, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.*

**8.5.3.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**8.5.3.2.** Se houver a exigência de amostras, a aferição será realizada (s) pelo (s) servidor (es) designado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, caso em que será elaborado Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, com justificativa fundamentada e comparativa de cada produto analisado, se for o caso.

**8.5.3.3.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo (a) Pregoeiro (a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**8.5.3.4.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado

<sup>6</sup>**Nota explicativa:** o TCU firmou jurisprudência no sentido de que tal exigência é cabível no pregão, desde que feita após a fase de lances e limitada ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar (Acórdãos nº 1.182/2007, nº 1.634/2007, nº 2.558/2007, nº 1.113/2008, nº 1.168/2009 e nº 1.317/2011, do Plenário, e nº 3.667/2009, 2ª Câmara), todavia, a descrição correta e detalhada do objeto a ser adquirido/contratado, na maior parte dos casos, garantirá a qualidade da contratação, sem necessidade de se exigir a apresentação de amostra, a qual deve ser reservada para situações excepcionais.





# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

não for(em) aceita(s), o (a) Pregoeiro (a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**8.5.3.5.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**8.5.3.6.** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**8.5.3.7.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**8.5.3.8.** Encerrada a etapa de análise será dada publicidade ao Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, por meio de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município – DOEM bem como serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente na ordem de classificação.

**8.7.** Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.8.** O (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.8.1.** Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.8.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.9.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o (a) Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.10.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) solicitará e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.





# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

## 9. DO CADASTRO NO HABILITANET – HABILITAÇÃO

**9.1.** O HABILITANET constitui um módulo de registro cadastral da LICITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa.

**9.1.1.** A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, poderá ser comprovada por meio de regular inscrição cadastral no HABILITANET, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

**9.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame<sup>7</sup> ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro de Fornecedores do Município, bem como:

**9.2.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça**

**([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).**

**9.2.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU**

**(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:RP,2::>);**

**9.2.2.1.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

**9.2.3.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**9.2.4.** Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.2.5.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do HABILITANET, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

**9.3.1.** O interessado, mediante utilização do sistema, deverá anexar os documentos de habilitação na plataforma no momento em que for convocado

<sup>7</sup> **Nota explicativa:** A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

pelo pregoeiro a atender às condições exigidas no item 10.9, no HABILITANET

**9.3.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo (a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019 e § 2º, do Art. 43, do decreto Municipal nº 2584/2021.

**9.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação e/ou desclassificação.

**9.5.** A licitante deverá encaminhar **SOMENTE a cópia da proposta de preços ajustada**, contendo preço unitário e global com até 02 (duas) casas decimais, bem como a marca, para o **HABILITANET** para que o (a) Pregoeiro (a) possa verificar a conformidade com o preestabelecido neste Edital, **devendo ser encaminhados posteriormente os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, em original ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados após ser declarado vencedor do lote/item, para o endereço: Avenida JK, nº 396, Centro, Pimenta/MG, CEP: 35.585-000.

**9.6.** A não apresentação dos documentos de habilitação (em original e/ou autenticados) que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, no prazo estipulado de 05 (cinco) dias úteis, ensejará a inabilitação direta do licitante bem como a aplicação, nos autos do certame, das penalidades previstas no Art. 49, II do Decreto n. 10.024/2019.

**9.6.1.** Nos casos em que o (s) licitante (s) não ENVIAR os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, **em original e/ou autenticados**, o(a) Pregoeiro(a) declarará sua inabilitação e convocará imediatamente, o licitante classificado em segundo lugar.

**9.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.8.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.9.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.10.** Os licitantes deverão encaminhar via plataforma digital, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

## 9.10.1. Habilitação jurídica:

**9.10.1.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.10.1.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**9.10.1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.10.1.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.10.1.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.10.1.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.10.1.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**9.10.1.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

## 9.10.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

**9.10.2.1.** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ**;

**9.10.2.2.** Prova **de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.10.2.3.** Prova de regularidade fiscal perante **a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.10.2.4.** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.10.2.5.** Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.10.2.6.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

**9.10.2.7.** **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.10.2.8.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006, deverá apresentar:

**9.10.2.8.1.** **Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial**, ou, **Certidão Simplificada** expedida pela Junta Comercial do Estado, ou, **Declaração de Microempreendedor Individual**, ou, documento legal hábil a comprovar a condição ME ou EPP, emitida no exercício corrente.

**9.10.2.8.2.** O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## **9.10.3. Qualificação Econômico Financeira**

**9.10.3.1.** Certidão Civil Negativa Judicial ou Certidão Negativa específica de Falência e Concordata, datada de no **máximo 90 (noventa) dias** corridos anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

## **9.10.4. Qualificação Técnica**



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

**9.10.4.5** ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução/entrega satisfatória do objeto e/ou de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto licitado;

**9.11.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando for exigido

**9.12.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**9.13.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.14.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.14.1.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.15.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.16.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.17.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.18.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

**9.19.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.20.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**9.21.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**9.21.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**9.21.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**9.22.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.23.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.1.

**9.24.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9.25.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**9.26.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

**10.1.** Ao licitante declarado vencedor será concedido o prazo de 2 (duas) horas (que poderá correr simultaneamente à convocação para apresentação dos documentos de habilitação), a contar da solicitação do (a) Pregoeiro (a), no sistema eletrônico, para apresentação da proposta final ajustada ao valor do último lance, sob pena de desclassificação e deverá atender às seguintes condições:

**10.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, sendo preferível a assinatura





# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

eletrônica.

**10.2.** Com o intuito de oferecer agilidade ao processo de pagamento, a proposta final da licitante poderá **conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.**

**10.3.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.3.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.4.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (inc. II, art. 12, da Lei nº 14.133/21).

**10.4.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.5.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.6.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.7.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**10.8.** Dispensa-se o envio da proposta ajustada, em via original, tendo em vista o envio da proposta na plataforma eletrônica, sendo que esta proposta final levada aos autos será utilizada no decorrer da execução do contrato.

## 11. DOS RECURSOS

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo 10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**11.3.** Havendo quem se manifeste, caberá ao (a) Pregoeiro (a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.3.1.** Nesse momento, o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal,



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso<sup>8</sup>.

**11.3.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**11.3.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.4.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.5.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

### 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

### 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos (HABILITANET), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

### 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato

<sup>8</sup>**Nota explicativa:** no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**13.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**14.1.** A (s) projeção (s) da (s) despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação (s) orçamentária (s) própria (s), consignada (s) no orçamento municipal para o exercício corrente, na (s) seguinte (s) rubrica (s):

### **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**

Ficha 085 02.02.01.04.122.0017.2015.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 089 02.02.01.04.122.0017.2015.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000

### **Secretaria Municipal de Educação**

Ficha 171 02.04.01.12.361.0004.2029.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 171 02.04.01.12.361.0004.2029.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.718.000

Ficha 313 02.04.01.12.361.0006.2047.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.550.000

Ficha 173 02.04.01.12.361.0004.2029.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 316 02.04.01.12.361.0006.2047.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.550.000

### **Secretaria Municipal de Saúde**

Ficha 442 02.06.01 10.301.0008.2183 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 456 02.06.01 10.302.0008.2066 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 532 02.06.01 10.301.0009.2182 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.600.000

Ficha 532 02.06.01 10.301.0009.2182 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.621.000

Ficha 563 02.06.01 10.302.0009.2182 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.600.000

Ficha 563 02.06.01 10.302.0009.2182 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.621.000

Ficha 575 02.06.01 10.302.0009.2183 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.600.000

Ficha 607 02.06.01 10.304.0009.2182 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.621.000

### **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Ficha 654 02.07.01.08.242.0011.2090.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 671 02.07.01.08.244.0011.2094.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 673 02.07.01.08.244.0011.2094.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 683 02.07.02.08.243.0011.2091.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 685 02.07.02.08.243.0011.2091.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 703 02.07.03.08.122.0011.2095.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.660.000

Ficha 706 02.07.03.08.122.0011.2095.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.660.000

Ficha 734 02.07.03.08.244.0011.2193.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.660.000

Ficha 737 02.07.03.08.244.0011.2193.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.660.000

### **Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Ficha 921 02.11.01 04.122.0019.2130 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.500.000

Ficha 923 02.11.01 04.122.0019.2130 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

## Secretaria Municipal de Urbanismo

Ficha 906 02.10.01 15.452.0013.2128 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.709.000

Ficha 906 02.10.01 15.452.0013.2128 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.720.000

Ficha 908 02.10.01 15.452.0013.2128 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.709.000

Ficha 908 02.10.01 15.452.0013.2128 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.720.000

Ficha 912 02.10.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.709.000

Ficha 912 02.10.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.720.000

Ficha 914 02.10.01 26.782.0013.2121 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.709.000

Ficha 914 02.10.01 26.782.0013.2121 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.720.000

## Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes

Ficha 861 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.709.000

Ficha 861 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.720.000

Ficha 863 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.709.000

Ficha 863 02.09.01.26.782.0013.2121 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.720.000

## 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**15.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela(e) fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**15.3.** A ata de registro de preços ou contrato será assinada(o) por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial da prefeitura.

**15.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços/Contratos quantos forem necessárias(os), com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

**15.5.** O preço registrado, quando for o caso, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**15.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**15.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços/contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

## 16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

**16.1.** As regras acerca do reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro em sentido geral, do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

**17.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## 18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

**18.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## 19. DO PAGAMENTO

**19.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**20.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**20.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**20.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**20.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**20.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**20.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**20.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**20.2.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**20.2.7.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

**20.2.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**20.2.9.** Fraudar a licitação

**20.2.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**20.2.10.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**20.2.10.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**20.2.10.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**20.2.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**20.2.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**20.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**20.3.1.** Advertência;

**20.3.2.** Multa;

**20.3.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**20.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**20.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**20.4.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**20.4.2.** As peculiaridades do caso concreto.

**20.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**20.4.4.** Os danos que dela provierem para a administração pública.

**20.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**20.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor





# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**20.5.1.** Para as infrações previstas no art. 155, I, II e III da Lei 14.133/21, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**20.5.2.** Para as infrações previstas no art. 155, IV à VIII da Lei 14.133/21, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**20.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**20.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**20.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no art. 155, VIII à XII da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**20.9.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no art. 155, VIII, IX, X, XI e XII da Lei 14.133/21 bem como pelas infrações administrativas previstas no art. 155, II, III, IV, V, VI e VII da Lei 14.133/21 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**20.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**20.11.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**20.12.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**20.13.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

(quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**20.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**20.15.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**21.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**21.2.** A impugnação poderá ser realizada, exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET;

**21.3.** Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação, no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**21.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**21.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

**21.6.** O (a) Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**21.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**21.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**21.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## 22. DA PUBLICIDADE

**22.1.** O aviso deste pregão será publicado no Diário Oficial da União – DOU, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais – IOFMG, e Diário Oficial Eletrônico do Município de Pimenta nos termos da Lei Municipal 2004/2021, como também, disponibilizado por meio do site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e publicado no site oficial do município: [www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/](http://www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/).



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

## 23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**23.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**23.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**23.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**23.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**23.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**23.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**23.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**23.3.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**23.3.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na lei 14.133/2021.

**23.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**23.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**23.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**24.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**24.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

**24.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

**24.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**24.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**24.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**24.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.

**24.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**24.10.** Prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo prorrogável na forma da Lei nº 14.133/21.

**24.11.** Havendo a celebração do contrato, o mesmo poderá ser renovado nos termos do Art. 107, da Lei 14.133/21, “Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

**24.11.1.** Após o décimo segundo mês de vigência do contrato os preços poderão ser reajustados pela aplicação do INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

**24.12.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**24.13.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/](http://www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/) e site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Avenida JK, nº 396, Centro,



# **MUNICÍPIO DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48**

*Email: licitapta3@gmail.com*

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

Pimenta/MG, CEP: 35.585-000, nos dias úteis, no horário das 08h00min horas às 17h00min horas, mesmo endereço e período no qual os autos do Procedimento Licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**24.14.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**24.14.1. ANEXO I - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**24.14.2. ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Pimenta/MG, 22 de junho de 2026.**

**Irineu Silva Junior**  
***Pregoeiro***



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

## ANEXO I – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG**, com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), doravante denominado órgão gerenciador do Pregão, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/21, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação dos serviços de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )					
X	Especificação	Marca ( <i>se exigida no edital</i> )	Unid.	Quant.	Valor Un	Valor Total

### 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas:

**3.1.1.** Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;





# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: [licitapta3@gmail.com](mailto:licitapta3@gmail.com)

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

**3.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da lei nº 14.133, de 2021; e

**3.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**3.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**3.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**3.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**3.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**3.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**3.6.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**3.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**3.8.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

**3.9.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

#### **4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**4.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**4.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**4.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**4.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**4.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**4.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

**4.4.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**4.5.** O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**4.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**4.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

**4.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

**4.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

**4.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**4.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**4.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**4.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**4.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**4.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

**4.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**4.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**4.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde



MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

que devidamente justificada.

## **5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**5.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**5.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**5.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**6.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**6.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**6.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**6.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**6.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

**6.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**6.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**7.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**7.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**7.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**7.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**7.4.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**7.5.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**7.6.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**8.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**8.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**8.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**8.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante





# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**8.2.** O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**8.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**8.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**8.4.1.** Por razão de interesse público;

**8.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**8.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 9. DAS PENALIDADES

**9.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas termo de referência anexo do Edital.

**9.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**9.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

**9.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 10. CONDIÇÕES GERAIS

**10.1.** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e



# MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

**10.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

**MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG, ..... de ..... de 2026.**

\_\_\_\_\_  
Prefeito (a)

\_\_\_\_\_  
Licitante detentor (a)



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**030/2026**

**1 OBJETO**

**1.1.** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota, por meio de sistema informatizado integrado, com utilização de rede credenciada de estabelecimentos, visando ao atendimento das necessidades da frota do Município de Pimenta/MG.

**1.2.** A solução deverá contemplar, de forma integrada:

I – o abastecimento de combustíveis (tais como: gasolina, etanol, diesel comum, S10, S500 e outros);  
II – a manutenção preventiva e corretiva dos veículos e fornecimento de peças, materiais, acessórios e serviços mecânicos em geral.

III - o fornecimento de insumos automotivos (lubrificantes, fluidos automotivos, aditivos, agente redutor líquido automotivo – ARLA 32).

**1.3.** Inclui-se no objeto a disponibilização, implantação e operação de sistema informatizado, acessível via web, para controle, autorização, acompanhamento e gestão das despesas e operações da frota.

**1.4.** O objeto abrange, ainda, a disponibilização de mecanismos tecnológicos de identificação dos veículos e usuários (cartões, tags ou tecnologia equivalente), bem como solução de monitoramento e rastreamento veicular, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e a eficiência na gestão da frota do Município de Pimenta/MG, composta por veículos e equipamentos utilizados na execução de serviços públicos essenciais, tais como transporte de pacientes, apoio às atividades educacionais, manutenção de vias públicas, serviços urbanos e atividades administrativas.

**2.2** Atualmente, a gestão da frota ocorre por meio de contratações fragmentadas para abastecimento de combustíveis, fornecimento de peças e execução de serviços de manutenção, modelo que dificulta o controle centralizado das despesas, a rastreabilidade das operações e a consolidação de informações gerenciais.

**2.3** Tal cenário acarreta limitações operacionais e administrativas, aumentando a complexidade da gestão contratual, elevando o risco de inconsistências nos registros, de pagamentos indevidos e de falhas nos mecanismos de controle e fiscalização.

**2.4** Nesse contexto, torna-se necessária a adoção de solução integrada de gerenciamento de frota, que permita a centralização das informações, o controle unificado das despesas, a padronização dos procedimentos operacionais e o acompanhamento em tempo real das operações.



**2.5** Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de frota, por meio de sistema informatizado e rede credenciada, mostra-se a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, em comparação aos modelos de contratação fragmentada ou de gestão direta pela Administração.

**2.6** A solução proposta contribui para o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, ampliação da transparência, melhoria da eficiência administrativa e mitigação de riscos associados à execução das despesas públicas.

**2.7** Ademais, a contratação está alinhada aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, economicidade, planejamento, transparência e controle, bem como às diretrizes de governança pública e boa gestão dos recursos públicos.

**2.8** Dessa forma, a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e vantajosa para a Administração, contribuindo para a melhoria da gestão da frota municipal e para a adequada prestação dos serviços públicos.

**2.9** A contratação possui natureza contínua, sendo indispensável à manutenção das atividades administrativas e operacionais do Município, não sendo possível sua interrupção sem prejuízo à prestação dos serviços públicos.

#### **2.10 Fundamentação legal e jurisprudencial da solução adotada**

**2.10.1** A adoção do modelo de contratação de empresa especializada para gerenciamento de frota encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, sendo reconhecida como compatível com os princípios da Administração Pública, especialmente os da eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

**2.10.2** Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União – Tribunal de Contas da União já se manifestou favoravelmente à utilização desse modelo, destacando que a sistemática de gerenciamento por meio de empresa intermediadora:

- I – não compromete a competitividade do certame;
- II – possibilita a participação de fornecedores de menor porte por meio de rede credenciada;
- III – contribui para a redução de custos operacionais e administrativos;
- IV – promove melhorias na gestão e no controle da frota pública;
- V – permite a adoção da taxa de administração como critério de julgamento, sem prejuízo à vantajosidade da contratação.

**2.10.3** No âmbito estadual, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais também reconhece a legalidade da contratação desse modelo, desde que devidamente justificado na fase de planejamento, com demonstração de sua viabilidade técnica, economicidade e adequação ao caso concreto.



**2.10.4** A solução adotada encontra, ainda, plena aderência à Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere:

I – ao princípio da eficiência, ao promover maior controle, racionalização de despesas e melhoria da gestão da frota;

II – ao planejamento da contratação, evidenciado pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar;

III – à busca da proposta mais vantajosa, considerando não apenas o menor preço, mas a solução mais eficiente sob os aspectos operacional e gerencial.

**2.10.5** Ademais, o modelo de gerenciamento por rede credenciada contribui para a ampliação da competitividade, ao permitir a participação de múltiplos fornecedores, inclusive de pequeno porte, evitando a concentração de mercado e promovendo maior dinamismo na execução contratual.

**2.10.6** Verifica-se, ainda, que a sistemática adotada fortalece os mecanismos de controle e transparência, reduzindo riscos associados à execução descentralizada das despesas e possibilitando auditoria contínua das operações.

**2.10.7** Dessa forma, resta demonstrado que o modelo de contratação proposto é juridicamente válido, tecnicamente adequado e alinhado às boas práticas administrativas, encontrando respaldo na legislação vigente e na jurisprudência dos órgãos de controle.

## **2.11 Da economicidade da contratação**

**2.11.1** A avaliação da economicidade da presente contratação deve ser realizada sob a ótica do custo global da gestão da frota, em conformidade com os princípios da eficiência, da vantajosidade e da racionalização administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021.

**2.11.2** O modelo tradicional, baseado em contratações fragmentadas, gestão descentralizada de fornecedores e utilização recorrente de suprimento de fundos, implica elevados custos administrativos indiretos, tais como retrabalho operacional, ausência de padronização, dificuldade de fiscalização e maior exposição a falhas e impropriedades.

**2.11.3** A adoção de solução integrada de gerenciamento de frotas, por meio de empresa especializada, promove a centralização das informações, a automação dos processos e o controle em tempo real das operações, resultando em ganhos de eficiência, transparência e governança.

**2.11.4** Sob o aspecto econômico, destacam-se:

I – redução de custos administrativos indiretos relacionados ao controle, conferência e processamento de despesas;

II – eliminação da necessidade de estrutura interna dedicada à gestão operacional da frota;

III – ampliação da competitividade entre fornecedores credenciados, com potencial redução de preços;

IV – melhoria da previsibilidade e do controle orçamentário das despesas;

V – racionalização dos processos administrativos relacionados à execução contratual.



**2.11.5** A estrutura de remuneração da contratada será definida no processo licitatório, com base em estudo técnico de mercado, devendo assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a vantajosidade para a Administração, sem transferência indevida de custos.

**2.11.6** Ademais, a atribuição à contratada da gestão da rede credenciada contribui para a mitigação de riscos operacionais e contratuais, reduzindo a exposição da Administração a falhas na execução dos serviços.

**2.11.7** Dessa forma, a contratação demonstra-se economicamente vantajosa, ao promover a redução de custos indiretos, a melhoria da qualidade do gasto público e o fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1** A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de frota, por meio de sistema informatizado integrado, que permita o controle centralizado das operações de abastecimento, manutenção e gestão da frota municipal.

**3.2** O modelo operacional baseia-se na utilização de rede credenciada de estabelecimentos (postos de combustíveis e oficinas), previamente habilitados pela contratada, assegurando cobertura adequada, atendimento contínuo e descentralizado, sem a necessidade de estrutura própria por parte da Administração.

**3.3** A solução deverá contemplar, de forma integrada:

- I – abastecimento em postos credenciados;
- II – execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- III – fornecimento de peças, pneus, baterias, lubrificantes e demais insumos automotivos;
- IV – gestão informatizada das autorizações, orçamentos e execuções;
- V – controle, registro e auditoria das transações em ambiente digital.

**3.4** A solução deverá operar integralmente em ambiente web, com acesso remoto, permitindo a gestão por diferentes unidades administrativas, mediante perfis de acesso, geração de relatórios gerenciais e utilização de ferramentas de auditoria.

**3.5** Como componente integrante da solução, deverá ser disponibilizado sistema de monitoramento e rastreamento veicular, integrado à plataforma de gestão, possibilitando a correlação entre a localização do veículo, os eventos operacionais e os estabelecimentos credenciados utilizados.

**3.6** A contratada será responsável pela disponibilização e plena operação da infraestrutura tecnológica necessária, incluindo:

- I – fornecimento e instalação dos dispositivos de rastreamento;
- II – manutenção e substituição dos equipamentos;
- III – conectividade de dados;
- IV – suporte técnico contínuo.





**3.7** A solução adotada permite a centralização das informações, a padronização dos procedimentos operacionais e o fortalecimento dos mecanismos de controle, rastreabilidade e transparência na gestão da frota pública.

**3.8** A remuneração da contratada estará vinculada à estrutura definida no processo licitatório, podendo contemplar taxa de administração ou modelo equivalente, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **4. DEFINIÇÕES E CONCEITOS**

### **4.1 Serviço de natureza contínua**

Caracteriza-se como serviço de natureza contínua aquele cuja prestação ocorre de forma permanente e indispensável à manutenção das atividades administrativas e operacionais da Administração Pública, cuja interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços públicos.

No presente caso, o objeto enquadra-se como serviço contínuo, por envolver o gerenciamento e a manutenção da frota municipal.

### **4.2 Manutenção corretiva**

Entende-se por manutenção corretiva aquela realizada após a ocorrência de falha, com a finalidade de restabelecer as condições normais de funcionamento dos veículos.

Nos termos da ABNT NBR 5462, trata-se da manutenção efetuada após a ocorrência de pane, destinada a recolocar o item em condições de executar sua função.

#### **Exemplos:**

- Retífica de motores
- Reparos em sistemas elétricos e eletrônicos
- Serviços de injeção eletrônica
- Funilaria e pintura
- Manutenção de ar-condicionado
- Serviços de borracharia e chaveiro
- Outros serviços necessários à recuperação do veículo.

### **4.3 Manutenção preventiva**

Consiste no conjunto de ações programadas, realizadas em intervalos definidos, com o objetivo de reduzir a probabilidade de falhas e prolongar a vida útil dos veículos.

De acordo com a ABNT NBR 5462, trata-se da manutenção efetuada em intervalos predeterminados ou conforme critérios técnicos.

#### **Exemplos:**



- Troca de óleos e fluidos
- Substituição de filtros
- Alinhamento, balanceamento e cambagem
- Revisões periódicas
- Lubrificação e ajustes
- Substituição de itens de desgaste
- Limpeza técnica e conservação.

#### **4.4 Peça genuína**

Componente fornecido pelo fabricante do veículo ou por sua rede autorizada, atendendo integralmente às especificações técnicas da montadora.

#### **4.5 Peça original**

Componente fabricado por empresa homologada pelo fabricante, com especificações técnicas equivalentes às peças genuínas, podendo ser comercializado fora da rede autorizada.

#### **4.6 Peça de reposição (mercado paralelo)**

Componente não classificado como genuíno ou original, cuja utilização deverá:

- I – atender a padrões mínimos de qualidade e segurança;
- II – ser tecnicamente compatível com o veículo;
- III – ser previamente avaliada e autorizada pela Administração, quando aplicável;
- IV – observar critérios de economicidade sem comprometer o desempenho e a durabilidade.

### **5. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

#### **5.1 Requisitos gerais**

**5.1.1** Poderão participar do certame empresas especializadas cujo objeto social seja compatível com a prestação de serviços de gerenciamento de frotas, devendo comprovar capacidade técnica e operacional.

**5.1.2** É vedada a participação de agente público vinculado ao órgão contratante ou de empresas em situação de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**5.1.3** A contratada deverá executar o objeto de forma contínua, eficiente e em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### **5.2 Requisitos tecnológicos**

A contratada deverá disponibilizar sistema informatizado integrado, acessível via web, para gestão da frota, contendo no mínimo:



- I – controle de abastecimentos e manutenções;
- II – registro e rastreabilidade das transações;
- III – emissão de relatórios gerenciais e operacionais;
- IV – controle de consumo por veículo;
- V – parametrização de perfis de acesso;
- VI – auditoria das operações.

### **5.3 Monitoramento e rastreamento**

Constitui **requisito essencial da contratação** a disponibilização de sistema de rastreamento veicular integrado ao sistema de gestão de frotas, com vistas ao monitoramento, controle operacional e validação das transações realizadas.

#### **5.3.1 Requisitos da solução**

- I – disponibilização dos dispositivos ou integração com soluções existentes;
- II – instalação, quando aplicável;
- III – manutenção e suporte técnico;
- IV – conectividade necessária ao funcionamento da solução;
- V – substituição em caso de falha ou mau funcionamento.

#### **5.3.2 Funcionalidades mínimas**

O sistema deverá permitir, no mínimo:

- I – monitoramento da localização dos veículos em tempo real, quando disponível;
- II – definição de cercas eletrônicas (geofencing), quando aplicável;
- III – cruzamento de dados com operações de abastecimento e manutenção;
- IV – geração de relatórios gerenciais e operacionais.

### **5.4 Rede credenciada**

A contratada deverá disponibilizar rede credenciada de postos e oficina:

- I – possuir cobertura compatível com a demanda;
- II – garantir atendimento local, regional e nacional;
- III – assegurar preços compatíveis com o mercado;
- IV – atender padrões mínimos de qualidade.

### **5.5 Dispositivos e identificação**

A CONTRATADA deverá fornecer dispositivos individuais de identificação e autenticação por veículo (cartões, tags ou tecnologia equivalente), vinculados à frota municipal, destinados ao controle, autorização e registro das operações realizadas no âmbito do contrato.

- I – permitir identificação do veículo e condutor;



- II – possibilitar bloqueio imediato;
- III – garantir segurança nas transações.

### **5.6 Segurança da informação**

- I – integridade e disponibilidade do sistema;
- II – proteção de dados;
- III – controle de acessos;
- IV – registro de logs e auditoria.

### **5.7 Suporte técnico**

A contratada deverá disponibilizar suporte técnico contínuo e assegurar:

- I – funcionamento ininterrupto do sistema;
- II – correção de falhas;
- III – atualização tecnológica.

## **6. REQUISITOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1 Disposições Gerais da Execução**

A CONTRATADA, por meio de sua rede credenciada, deverá prestar serviços de gerenciamento integrado de frota, compreendendo o fornecimento de combustíveis, lubrificantes, peças, acessórios e a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo reparação de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à CONTRATANTE.

Os serviços descritos a seguir possuem caráter **exemplificativo**, não excluindo outros necessários ao perfeito funcionamento da frota municipal.

#### **6.1.1 Serviços de Manutenção**

A rede credenciada deverá estar apta a executar, no mínimo, os seguintes serviços:

##### **a) Mecânica Geral:**

Serviços em motor, retífica, câmbio, direção, sistema de injeção, turbinas, freios, embreagem e correlatos.

##### **b) Lanternagem:**

Reparos em lataria, carrocerias, soldas e estruturas metálicas.

##### **c) Pintura Automotiva:**

Serviços de pintura interna/externa, polimento, identificação visual e adesivagem.

##### **d) Capotaria:**

Reparo e substituição de estofados, cintos, revestimentos e componentes internos.

##### **e) Sistema Elétrico e Eletrônico:**

Manutenção de iluminação, sinalização, comandos elétricos, sirenes e dispositivos especiais.



**f) Sistema Hidráulico:**

Serviços em freios, direção hidráulica e demais sistemas.

**g) Borracharia:**

Troca, reparo e montagem de pneus.

**h) Alinhamento, Balanceamento e Cambagem**

**i) Suspensão**

**j) Instalação de Acessórios**

**k) Vidraçaria**

**l) Chaveiro Automotivo**

**m) Ar-condicionado**

**n) Troca de Óleo e Lubrificantes**

**o) Serviço de Guincho:**

Atendimento emergencial para remoção de veículos.

**6.1.2 Procedimento Operacional de Manutenção**

Quando houver necessidade de manutenção:

I – O veículo será encaminhado à rede credenciada;

II – Será emitido diagnóstico técnico;

III – A CONTRATADA deverá realizar cotação com, no mínimo, 03 (três) fornecedores credenciados;

IV – Caberá ao fiscal do contrato:

- acessar o sistema;
- analisar os orçamentos;
- aprovar a proposta mais vantajosa;
- autorizar a execução.

**6.1.3 Prazos de Execução**

- Manutenção preventiva leve: até **48 horas**
- Manutenção corretiva: até **120 horas**
- Casos complexos: conforme tabela tempária + validação do fiscal

**6.1.4 Obrigações das Credenciadas**

As empresas credenciadas deverão:

- executar serviços conforme normas técnicas e fabricantes
- utilizar mão de obra qualificada
- fornecer todos os insumos necessários
- garantir qualidade dos serviços
- refazer serviços com falhas em até **5 dias**, sem ônus
- responsabilizar-se por danos causados
- manter guarda e integridade do veículo
- devolver peças substituídas
- entregar veículos limpos e em perfeitas condições
- respeitar normas do CTB.



### 6.1.5 Peças e Materiais

Somente será permitido o uso de:

- peças **genuínas ou originais**
- quando não houver peças originais de fábrica em circulação, poderá ser aceita peças reconcondicionadas ou paralelas com autorização do fiscal do contrato.

### 6.1.6 Fornecimento de Combustíveis e Insumos Automotivos

A CONTRATADA deverá assegurar o fornecimento, por meio de sua rede credenciada, dos seguintes combustíveis:

- Gasolina comum e/ou aditivada;
- Etanol hidratado;
- Diesel S500;
- Diesel S10.

Inclui-se, ainda, o fornecimento de insumos automotivos indispensáveis à operação da frota, tais como:

- lubrificantes;
- fluidos automotivos;
- aditivos;
- Agente Redutor Líquido Automotivo – ARLA 32.

### 6.1.7 Modelo Operacional

O fornecimento será realizado mediante sistema informatizado de gestão, operado pela CONTRATADA, por meio de rede credenciada de postos distribuídos em âmbito municipal, regional e nacional.

### 6.1.8 Dispositivos de Controle

A CONTRATADA deverá fornecer e administrar solução tecnológica composta por:

- cartões magnéticos, etiquetas eletrônicas (tags) ou dispositivos equivalentes;
- identificação individual por veículo/equipamento;
- vinculação ao condutor autorizado mediante senha pessoal;

Os dispositivos deverão:

- ser fornecidos sem ônus adicional;
- ser entregues e, quando necessário, instalados pela CONTRATADA;
- permitir controle, bloqueio e rastreamento das transações.

### 6.1.9 Prazos

- Entrega dos dispositivos: até **15 (quinze) dias** após solicitação formal;
- Prorrogação: até **5 (cinco) dias**, mediante justificativa aceita pela Administração.

### 6.1.10 Execução do Abastecimento





O abastecimento deverá:

- ocorrer de forma imediata no momento do atendimento;
- depender da validação do dispositivo e senha do condutor;
- ser registrado integralmente no sistema.

#### **6.1.11 Funcionalidades do Sistema**

O sistema deverá disponibilizar, no mínimo:

- registro em tempo real das operações;
- identificação do veículo, condutor e estabelecimento;
- controle de consumo e desempenho;
- parametrização por veículo;
- bloqueio/desbloqueio imediato;
- mecanismos de auditoria e prevenção de uso indevido.

#### **6.1.12 Relatórios Gerenciais**

Deverão ser disponibilizados relatórios contendo, no mínimo:

- identificação completa da frota;
- histórico de abastecimentos;
- consumo por veículo e por combustível;
- quilometragem/horímetro;
- valores pagos;
- média de consumo;
- alertas de inconsistências.

#### **6.1.13 Segurança e Contingência**

A solução deverá contemplar:

- emissão de comprovante da operação;
- funcionamento em contingência (registro manual quando necessário);
- cancelamento imediato em caso de perda ou extravio de dispositivos.

#### **6.1.14 Rede Credenciada**

A rede deverá:

- ser suficiente para atendimento integral da frota;
- possuir capacidade operacional para execução das transações;
- manter padrões de qualidade e conformidade com a legislação vigente.

### **7. SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1** É vedada a subcontratação total do objeto da contratação, bem como da sua parcela principal, entendida como o gerenciamento da frota, incluindo a administração da rede credenciada e do sistema informatizado.



**7.2** Será admitida a subcontratação de serviços acessórios e complementares à execução do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, tais como serviços especializados não contemplados diretamente na rede credenciada, a exemplo de torno, usinagem, retífica e outros correlatos.

**7.3** A subcontratação não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pela execução do contrato, cabendo-lhe responder pela qualidade dos serviços prestados, prazos, garantias e demais obrigações contratuais.

**7.4** A CONTRATADA deverá exigir das subcontratadas o cumprimento das mesmas condições de habilitação técnica e regularidade fiscal compatíveis com a execução dos serviços, bem como das normas aplicáveis ao objeto.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **8.1 Condições gerais de execução**

**8.1.1** A execução do objeto ocorrerá de forma contínua, integrada e informatizada, por meio de sistema de gestão de frotas disponibilizado pela CONTRATADA, acessível via web, permitindo a interação em tempo real entre a Administração e a rede credenciada, assegurando controle, rastreabilidade, transparência e eficiência operacional.

**8.1.2** Todas as operações relativas à prestação dos serviços deverão ser realizadas por meio do sistema informatizado, mediante autenticação de usuários previamente cadastrados e autorizados pela CONTRATANTE.

**8.1.3** A execução dos serviços estará condicionada à prévia autorização eletrônica, precedida de orçamento detalhado, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, adotando-se, como regra, o menor valor dentre as propostas válidas apresentadas pela rede credenciada.

**8.1.4** A CONTRATADA deverá garantir a continuidade dos serviços, vedada qualquer interrupção que comprometa o funcionamento da frota municipal.

### **8.2 Implantação da Solução**

#### **8.2.1 Prazo de Implantação**

A CONTRATADA deverá implantar integralmente a solução no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, contados do início da vigência contratual.

#### **8.2.2 Justificativa do Prazo de Implantação**

O prazo de implantação estabelecido considera a complexidade da solução a ser implementada, abrangendo a disponibilização do sistema informatizado, o credenciamento da rede mínima, a



parametrização operacional, a entrega de dispositivos e o treinamento dos usuários, estando compatível com as práticas de mercado para serviços de gerenciamento de frotas de natureza similar.

### 8.2.3 Etapas de Implantação

A implantação compreenderá, no mínimo:

- cadastro da frota;
- cadastro de usuários;
- parametrização do sistema;
- disponibilização da rede credenciada mínima;
- fornecimento e ativação de dispositivos;
- liberação de acessos;
- treinamento dos usuários.

### 8.2.4 Cronograma de Implantação

ATIVIDADE	ATÉ 10 DIAS	ATÉ 15 DIAS	ATÉ 20 DIAS
Cadastro da frota e usuários	✓		
Definição da rede credenciada		✓	
Treinamento de usuários		✓	
Entrega de dispositivos e senhas		✓	
Sistema em plena operação			✓

### 8.2.5 Aceitação da Implantação

A implantação somente será considerada concluída após:

- validação formal do Município;
- comprovação do funcionamento integral do sistema;

### 8.2.6 Custos

Todos os custos de implantação correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, incluindo:

- equipamentos
- logística
- treinamento
- comunicação de dados
- instalação de dispositivos

### 8.2.7 Penalidades por Atraso

O atraso injustificado sujeitará a Contratada às sanções previstas.

### 8.2.8 Sistema Informatizado de Gestão da Frota



A execução contratual deverá ocorrer de forma integrada, em ambiente eletrônico, por meio de sistema informatizado disponibilizado pela CONTRATADA, com acesso via web, permitindo interação em tempo real entre a Administração e a rede credenciada, assegurando controle, rastreabilidade, transparência e eficiência na prestação dos serviços.

#### **8.2.9 Requisitos Funcionais do Sistema**

O sistema deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- abertura de ordens de serviço em tempo real;
- recepção e gestão de orçamentos eletrônicos;
- análise e aprovação digital de serviços e peças;
- realização de cotações simultâneas com a rede credenciada;
- acompanhamento online das ordens de serviço;
- controle de autorizações por usuários habilitados;
- gestão da rede credenciada;
- geração de relatórios gerenciais integrados;
- visualização de saldos contratuais em tempo real;
- faturamento detalhado por natureza da despesa.

#### **8.2.10 Registro e Armazenamento de Dados**

O sistema deverá registrar e armazenar integralmente o histórico da frota, incluindo:

- identificação da ordem de serviço;
- dados do veículo e centro de custo;
- datas e horários das operações;
- quilometragem/horímetro;
- descrição dos serviços executados;
- peças utilizadas;
- valores detalhados;
- garantias;
- identificação dos responsáveis;
- dados do fornecedor;
- documentos fiscais vinculados.

#### **8.2.11 Relatórios Gerenciais**

O sistema deverá disponibilizar relatórios configuráveis e exportáveis, contendo no mínimo:

- histórico de manutenção;
- registro de ordens de serviço;
- comparativo de orçamentos;
- controle de garantias;
- custos por veículo e unidade;
- composição da frota;
- rede credenciada;
- tempo de imobilização;



- consolidação de despesas.

#### **8.2.12 Acesso e Segurança**

- acesso via web com controle por perfis (consulta, operação e gestão);
- autenticação segura dos usuários;
- registro de logs de operações;
- garantia de integridade e confidencialidade dos dados.

#### **8.2.13 Disponibilidade e Suporte**

- disponibilidade contínua do sistema;
- prazo máximo de **24 horas úteis** para correção de falhas;
- suporte técnico contínuo.

#### **8.2.14 Encerramento Contratual**

Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar à Administração toda a base de dados em formato eletrônico editável, sem ônus adicional.

#### **8.2.15 Segurança da Informação e Controle do Sistema**

A CONTRATADA deverá assegurar elevados padrões de segurança da informação, controle operacional e rastreabilidade das transações realizadas no sistema de gestão de frotas, garantindo a integridade, confiabilidade e auditabilidade dos dados.

O sistema deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

##### **I – Controle de Acesso**

- acesso mediante credenciais individuais (login e senha);
- perfis de acesso hierarquizados conforme atribuições dos usuários;

##### **II – Autenticação e Responsabilização**

- autenticação obrigatória para qualquer operação;
- vedação de transações sem identificação do usuário;

##### **III – Gestão de Acessos**

- bloqueio, desbloqueio e cancelamento em tempo real;

##### **IV – Política de Senhas**

- exigência de complexidade;
- troca periódica obrigatória;

##### **V – Registro de Logs**

- armazenamento de logs contendo:
  - ✓ usuário
  - ✓ data e hora
  - ✓ operação realizada
  - ✓ local da transação



**VI – Integração com Rastreamento**

- integração com sistema de geolocalização (GPS ou equivalente);
- validação entre localização do veículo e transação realizada;

**VII – Mecanismos de Controle**

- geofencing (cerca eletrônica);
- alertas automáticos de inconsistência;

**VIII – Monitoramento e Auditoria**

- relatórios de inconsistências (fraudes, consumo incompatível etc.);
- auditoria completa das operações;

**IX – Gestão de Dispositivos**

- cancelamento imediato em caso de perda/extravio;

**X – Responsabilidade da Contratada**

- responsabilidade por transações indevidas decorrentes de falhas do sistema;

**XI – Segurança da Informação**

- uso de protocolos seguros;
- garantia de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados;

**XII – Transparência**

- disponibilização de dados para auditoria em formato aberto.

**8.3 Rede Credenciada e Cobertura Operacional**

**8.3.1** A CONTRATADA deverá dispor de rede credenciada de estabelecimentos (postos de combustíveis, oficinas, autopeças e demais prestadores de serviços automotivos), em quantidade e distribuição geográfica suficientes para assegurar o atendimento integral e contínuo das demandas da Administração.

**8.3.2** A rede credenciada deverá garantir cobertura operacional compatível com as rotas habitualmente utilizadas pela frota municipal, especialmente aquelas relacionadas ao transporte de pacientes, atividades administrativas e operacionais, devendo assegurar capilaridade adequada para atendimento eficiente e tempestivo.

**8.3.3** Para fins de garantia da operacionalidade mínima, a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo máximo de **até 15 (quinze) dias**, contados da assinatura do contrato:

I – a existência de, no mínimo:

- 01 (um) posto de combustíveis;
- 01 (uma) oficina mecânica;
- 01 (um) estabelecimento fornecedor de autopeças;

todos localizados na sede do Município de Pimenta/MG;

II – a disponibilidade de rede credenciada ativa e suficiente para atendimento das principais rotas operacionais da Administração.

**8.3.4** A comprovação da rede credenciada deverá ser realizada mediante:

I – declaração formal da CONTRATADA contendo a relação dos estabelecimentos credenciados;

II – indicação de endereço, telefone e demais meios de contato;

III – comprovação da existência de vínculo com os estabelecimentos, por meio de contrato, termo de





credenciamento ou instrumento equivalente.

**8.3.5** A CONTRATADA deverá manter e ampliar continuamente sua rede credenciada, de modo a atender às necessidades da Administração, podendo ser exigido, a qualquer tempo, o credenciamento de novos estabelecimentos sempre que identificado déficit de cobertura.

**8.3.6** Os estabelecimentos credenciados deverão estar aptos à execução dos serviços, devidamente equipados e em conformidade com a legislação vigente, incluindo normas ambientais, fiscais, trabalhistas e de segurança.

**8.3.7** Todos os estabelecimentos credenciados deverão fornecer comprovante detalhado das operações realizadas, contendo, no mínimo:

- identificação do estabelecimento;
- data e hora da operação;
- descrição do serviço executado ou produto fornecido;
- valores praticados;
- identificação do veículo e do usuário responsável.

**8.3.8** Dimensionamento da Cobertura Operacional

Para fins de dimensionamento da rede credenciada e garantia de cobertura adequada, a Administração identificou, com base no histórico de deslocamentos da frota municipal, os principais eixos e rotas de circulação utilizados no desempenho das atividades institucionais.

**8.3.9** Nesse contexto, a rede credenciada deverá ser estruturada de forma a garantir cobertura operacional adequada às rotas habitualmente utilizadas pela frota municipal, considerando o histórico de deslocamentos da Administração, sem limitação geográfica prévia, devendo a CONTRATADA assegurar atendimento eficiente e tempestivo em quaisquer localidades onde haja demanda.

- |                  |                        |                            |
|------------------|------------------------|----------------------------|
| • Alfenas        | • Divinópolis          | • Patos de Minas           |
| • Araxá          | • Formiga              | • Pimenta                  |
| • Arcos          | • Franca               | • Piumhi                   |
| • Bambuí         | • Governador Valadares | • Pouso Alegre             |
| • Barretos       | • Itaúna               | • Ribeirão Preto           |
| • Bauru          | • Jaú                  | • São Paulo                |
| • Belo Horizonte | • Luziânia             | • São Sebastião do Paraíso |
| • Betim          | • Mateus Leme          | • Três Corações            |
| • Brasília       | • Montes Claros        | • Uberaba                  |
| • Campo Belo     | • Pains                | • Uberlândia               |
| • Capitólio      | • Paracatu             | • Varginha                 |
| • Contagem       | • Passos               |                            |
| • Córrego Fundo  |                        |                            |

**8.3.10** A rede credenciada **não se limita às localidades acima indicadas**, devendo a CONTRATADA assegurar atendimento em qualquer região onde haja demanda da Administração, inclusive mediante o credenciamento de novos estabelecimentos, em prazo compatível com a



necessidade operacional, a ser definido pela fiscalização contratual.

#### **8.4 Gestão de Riscos da Contratação**

A presente contratação observa a gestão de riscos conforme análise previamente realizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual contempla a identificação detalhada dos riscos inerentes à execução do objeto, suas probabilidades, impactos e respectivas medidas de tratamento.

No âmbito deste Termo de Referência, a gestão de riscos será operacionalizada por meio das seguintes diretrizes:

- Utilização de sistema informatizado que assegure rastreabilidade, controle e transparência das operações;
- Adoção de mecanismos de controle, como autenticação de usuários, registros eletrônicos e relatórios gerenciais;
- Exigência de múltiplos orçamentos para serviços e fornecimento de peças, visando garantir a economicidade;
- Monitoramento contínuo da execução contratual pelo fiscal designado;
- Implementação de medidas para prevenção de fraudes e uso indevido de dispositivos;
- Garantia de rede credenciada suficiente para atendimento da demanda;
- Aplicação de sanções em caso de descumprimento contratual.

A gestão de riscos será contínua durante toda a vigência contratual, podendo a Administração revisar, atualizar ou complementar as medidas adotadas, sempre que necessário, com base na execução do contrato.

### **9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA REDE CREDENCIADA**

#### **9.1 Obrigações da Contratada**

**9.1.1** Executar o objeto contratual de forma contínua, eficiente e em conformidade com este Termo de Referência.

**9.1.2** Disponibilizar e manter em pleno funcionamento o sistema informatizado, garantindo sua estabilidade, segurança e atualização contínua.

**9.1.3** Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo infraestrutura, tecnologia, recursos humanos e operacionais.

**9.1.4** Responsabilizar-se pelo pagamento pontual e integral à rede credenciada, nos prazos compatíveis com o mercado.

**9.1.5** Credenciar, manter e atualizar rede de estabelecimentos aptos ao atendimento da Administração, promovendo sua expansão sempre que necessário.

**9.1.6** Garantir que os estabelecimentos credenciados atendam às exigências técnicas, legais e de qualidade estabelecidas neste Termo de Referência.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**9.1.7** Assegurar a utilização de peças, componentes e acessórios novos, genuínos ou originais, vedada a utilização de itens reconicionados, salvo autorização expressa da Administração.

**9.1.8** A contratada deverá Exigir dos estabelecimentos credenciados a **devolução das peças substituídas** ao Município.

**9.1.9** Disponibilizar ao Município todas as informações e documentações técnicas necessárias à gestão contratual, incluindo tabelas de preços, códigos de peças e tempos de serviço.

**9.1.10** Permitir e facilitar a fiscalização, auditoria e acesso às informações contratuais sempre que solicitado.

**9.1.11** Atender prontamente às solicitações da Administração, corrigindo falhas ou inconsistências identificadas, sem ônus adicional.

**9.1.12** Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual.

**9.1.13** Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de segurança do trabalho.

**9.1.14** Garantir a proteção de dados pessoais, nos termos da legislação vigente.

**9.1.15** Disponibilizar solução de rastreamento veicular integrada ao sistema, conforme especificações deste Termo.

### **9.2 Obrigações da Rede Credenciada**

**9.2.1** Executar os serviços com qualidade, observando normas técnicas e recomendações dos fabricantes.

**9.2.2** Responsabilizar-se pela guarda e segurança dos veículos sob sua custódia.

**9.2.3** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, serviços e peças com defeitos ou irregularidades.

**9.2.4** Permitir a fiscalização dos serviços pelo Município, prestando todas as informações necessárias.

**9.2.5** Apresentar orçamentos e informações técnicas dentro dos prazos estabelecidos.

**9.2.6** Emitir documentação fiscal completa dos serviços e peças fornecidas.

**9.2.7** Observar integralmente a legislação ambiental, trabalhista e profissional aplicável.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**9.2.8** Não utilizar mão de obra em desacordo com a legislação vigente.

### **9.3 Recebimento dos serviços**

**9.3.1** O recebimento dos serviços ocorrerá de forma contínua, considerando a natureza do objeto, mediante verificação da conformidade das operações realizadas com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**9.3.2** O recebimento dar-se-á em duas etapas:

- I – **recebimento provisório**, consistente na verificação inicial da execução do serviço;
- II – **recebimento definitivo**, após a confirmação da conformidade e regularidade da execução.

#### **Recebimento provisório**

**9.3.3.** O recebimento provisório ocorrerá no momento da execução de cada operação, mediante registro no sistema informatizado.

**9.3.4** Para fins de recebimento provisório, deverão ser observados:

- I – registro da operação no sistema;
- II – identificação do veículo, condutor e estabelecimento;
- III – descrição dos serviços executados ou do abastecimento realizado;
- IV – valores praticados;
- V – conformidade com a autorização prévia, quando exigida.

#### **Recebimento definitivo**

**9.3.5** O recebimento definitivo será realizado pelo fiscal do contrato, após a análise das informações registradas no sistema e da documentação apresentada.

**9.3.6** O recebimento definitivo considerará:

- I – conformidade com os preços de mercado;
- II – adequação dos serviços executados;
- III – regularidade da documentação fiscal;
- IV – consistência das informações operacionais (incluindo dados de rastreamento, quando aplicável);
- V – ausência de inconsistências ou indícios de irregularidades.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, adequação e conformidade do objeto, inclusive no que se refere a vícios ocultos ou falhas posteriores.

### **9.4 Rejeição e correção de serviços**

**9.4.1** Os serviços ou fornecimentos que apresentarem vícios, falhas, inconsistências ou desconformidade com este Termo de Referência poderão ser rejeitados, total ou parcialmente.

**9.4.2** Nesses casos, a contratada deverá:

- I – corrigir as falhas identificadas;
- II – refazer os serviços, quando necessário;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

III – substituir peças ou insumos inadequados;

IV – regularizar as informações no sistema.

**9.4.3** As correções deverão ocorrer sem ônus adicional para a Administração.

### **9.5 Condições específicas para manutenção**

O recebimento dos serviços de manutenção estará condicionado:

I – à execução conforme normas técnicas e recomendações do fabricante;

II – à utilização de peças adequadas;

III – à entrega do veículo em condições normais de funcionamento;

IV – à devolução das peças substituídas, quando aplicável.

### **9.6 Condições específicas para abastecimento**

O recebimento dos abastecimentos estará condicionado:

I – à efetiva realização da operação em estabelecimento credenciado;

II – à compatibilidade entre volume abastecido e capacidade do veículo;

III – à compatibilidade entre localização do veículo e o abastecimento;

IV – ao registro completo da operação no sistema.

### **9.7 Consolidação para fins de pagamento**

**9.7.1** O recebimento definitivo das operações será consolidado periodicamente, servindo como base para fins de liquidação e pagamento.

**9.7.2** A ausência de recebimento definitivo impedirá o pagamento correspondente.

## **10 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **10.1 Medição dos serviços**

**10.1.1** A medição dos serviços será realizada com base nas operações efetivamente executadas e registradas no sistema informatizado da contratada.

**10.1.2** Serão considerados para fins de medição:

I – os abastecimentos realizados na rede credenciada;

II – os serviços de manutenção preventiva e corretiva autorizados e executados;

III – o fornecimento de peças, materiais e insumos;

IV – a taxa de administração incidente sobre o volume financeiro movimentado;

**10.1.3** Todas as operações deverão estar devidamente registradas, identificadas e validadas pelo sistema, sendo condição indispensável para sua inclusão na medição.

### **10.2 Consolidação da medição**

**10.2.1** A contratada deverá disponibilizar, periodicamente (mensalmente), relatório consolidado contendo todas as operações realizadas no período.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**10.2.2** O relatório deverá conter, no mínimo:

- I – identificação dos veículos;
- II – identificação dos condutores;
- III – estabelecimentos utilizados;
- IV – tipo de operação (abastecimento ou manutenção);
- V – quantitativos e valores;
- VI – data e hora das transações;
- VII – dados de localização, quando aplicável;
- VIII – demonstrativo das taxas aplicadas.

**10.2.3** O relatório será submetido à análise do fiscal do contrato para fins de validação.

### **10.3 Validação e glosa**

O fiscal do contrato poderá:

- I – validar integralmente a medição;
- II – validar parcialmente, com glosa de valores;
- III – rejeitar operações inconsistentes.

Poderão ser objeto de glosa:

- I – operações não autorizadas;
- II – divergências de valores em relação ao mercado;
- III – inconsistências entre abastecimento e capacidade do veículo;
- IV – incompatibilidade entre localização e operação realizada;
- V – serviços não comprovados ou não executados;
- VI – falhas no registro das informações obrigatórias.

**10.3.1** Os valores glosados não poderão ser faturados até sua regularização.

### **10.4 Condições para pagamento**

O pagamento será realizado após:

- I – recebimento definitivo dos serviços;
- II – validação da medição pelo fiscal do contrato;
- III – apresentação da documentação fiscal;
- IV – verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

**10.4.1** O pagamento será efetuado conforme prazo definido no edital/contrato, contado a partir da liquidação da despesa.

### **10.5 Forma de remuneração**

A remuneração da contratada será composta por:

- I – taxa de administração, incidente sobre o valor total das operações realizadas;
- II – taxa de credenciamento, quando aplicável, limitada conforme estudo técnico.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**10.5.1** As taxas deverão estar expressamente previstas na proposta da contratada e não poderão sofrer alteração durante a vigência contratual, salvo nas hipóteses legais.

**10.5.2** É vedada a cobrança de quaisquer valores adicionais não previstos no contrato.

### **10.6 Controle de preços**

**10.6.1** Os preços praticados na rede credenciada deverão observar os valores de mercado, especialmente:

I – preços à vista (preço de balcão) para combustíveis;

II – parâmetros técnicos e tabelas de referência para peças e serviços.

**10.6.2** A Administração poderá realizar auditorias e comparações com bases oficiais de preços para verificação da vantajosidade.

### **10.7 Irregularidades e suspensão de pagamento**

**10.7.1** Constatadas irregularidades na execução, o pagamento poderá ser suspenso até a devida regularização.

**10.7.2** A suspensão não afasta a aplicação de penalidades previstas no contrato.

## **11 FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

### **11.1 Designação de gestor e fiscal**

**11.1.1** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**11.1.2** Serão designados:

I – Gestor do contrato, responsável pela gestão administrativa e acompanhamento global da execução;

II – Fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento técnico, operacional e pela verificação da conformidade da execução.

### **11.2 Competências do gestor do contrato**

I – acompanhar a execução global do contrato;

II – garantir o regular andamento da execução contratual;

III – promover a interlocução com a contratada;

IV – controlar prazos e vigência;

V – instruir processos de alteração, prorrogação, reequilíbrio e rescisão;

VI – consolidar informações para subsidiar decisões administrativas.

### **11.3 Competências do fiscal do contrato**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

- I – acompanhar a execução dos serviços de forma contínua e sistemática;
- II – verificar a conformidade com este Termo de Referência e com o contrato;
- III – validar autorizações, medições e registros no sistema;
- IV – analisar relatórios operacionais e financeiros;
- V – verificar a compatibilidade entre consumo, quilometragem e utilização dos veículos;
- VI – avaliar preços praticados frente ao mercado;
- VII – identificar inconsistências, irregularidades ou indícios de fraude;
- VIII – registrar ocorrências e comunicar ao gestor;
- IX – propor glosas, ajustes e aplicação de penalidades, quando cabível.

### **11.4 Fiscalização por sistema informatizado**

**11.4.1** A fiscalização será realizada, prioritariamente, por meio do sistema informatizado disponibilizado pela contratada.

**11.4.2** O sistema deverá permitir, no mínimo:

- I – acesso integral às informações da execução;
- II – rastreabilidade de todas as operações;
- III – emissão de relatórios gerenciais e analíticos;
- IV – auditoria de transações;
- V – controle por níveis de acesso (perfil de usuário).

**11.4.3** A ausência de registro no sistema poderá ensejar a não aceitação da operação para fins de pagamento.

### **11.5 Procedimentos de fiscalização**

**11.5.1** A fiscalização compreenderá, entre outros:

- I – análise da compatibilidade entre consumo e quilometragem;
- II – verificação dos preços praticados em relação ao mercado;
- III – conferência da execução dos serviços;
- IV – validação da localização das operações, quando aplicável;
- V – acompanhamento da rede credenciada;
- VI – análise de orçamentos e autorizações.

**11.5.2** Poderão ser realizadas auditorias periódicas, inclusive por amostragem e cruzamento de dados.

### **11.6 Registro de ocorrências e notificações**

**11.6.1** Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas formalmente, em sistema ou documento próprio.

**11.6.2** As ocorrências incluem, entre outras:

- I – falhas na execução;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

- II – descumprimento contratual;
- III – irregularidades operacionais;
- IV – indisponibilidade do sistema;
- V – inconsistências de dados.

**11.6.3** Identificada irregularidade, a CONTRATADA será formalmente notificada para manifestação e correção no prazo estabelecido.

**11.6.4** A contratada poderá apresentar justificativa, que será analisada pela fiscalização, podendo ser aceita apenas quando comprovada situação excepcional, imprevisível e alheia à sua vontade.

### **11.7 Medidas corretivas e sanções**

**11.7.1** Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

- I – determinar a correção imediata;
- II – suspender operações específicas;
- III – rejeitar serviços ou fornecimentos;
- IV – aplicar glosas;
- V – instaurar processo para aplicação de penalidades;
- VI – adotar medidas necessárias à proteção do interesse público.

**11.7.2** A reincidência de falhas, a persistência de irregularidades ou o descumprimento dos padrões exigidos ensejará a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

### **11.8 Apoio à fiscalização**

A contratada deverá fornecer todo o suporte necessário à fiscalização, incluindo:

- I – acesso integral ao sistema;
- II – treinamento dos usuários;
- III – suporte técnico contínuo;
- IV – disponibilização de relatórios e dados sempre que solicitado.

### **11.9 Limites da atuação da fiscalização**

**11.9.1** A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto.

**11.9.2** A ausência de manifestação da fiscalização não implica aceitação tácita de serviços ou fornecimentos irregulares.

### **11.10 Monitoramento de desempenho**

**11.10.1** A execução contratual poderá ser avaliada por meio de indicadores de desempenho extraídos do sistema informatizado.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**11.10.2** A análise considerará critérios de eficiência, economicidade, regularidade e conformidade da execução.

**11.10.3** Constatado desempenho insatisfatório, a Administração poderá adotar medidas corretivas, inclusive notificação e aplicação de sanções.

## **12 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**12.1** O objeto da presente contratação **não se enquadra como bem de luxo**, tratando-se de serviços essenciais à manutenção das atividades administrativas e operacionais da frota municipal, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2** O objeto desta contratação é classificado como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

**12.3** Trata-se, ainda, de serviço de natureza continuada, tendo em vista que sua interrupção comprometeria a continuidade das atividades administrativas e operacionais do Município, especialmente no que se refere à gestão, manutenção e abastecimento da frota municipal.

## **13. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **13.1 Obrigações do Contratante**

**13.1.1** O CONTRATANTE obriga-se a: Emitir Nota de Empenho e promover a formalização da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato;

**13.1.2** Proporcionar as condições necessárias à execução do objeto, comunicando formalmente quaisquer alterações que impactem a execução;

**13.1.3** Exercer o acompanhamento e fiscalização por servidores designados;

**13.1.4** Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos;

**13.1.5** Disponibilizar infraestrutura mínima para operação do sistema;

**13.1.6** Prestar informações necessárias à execução contratual;

**13.1.7** Validar, via sistema, as autorizações de serviços, abastecimentos e aquisições;

**13.1.8** Utilizar os mecanismos de controle e auditoria do sistema;

**13.1.9** Zelar pelo uso adequado de cartões, tags, senhas e dispositivos;

**13.1.10** Assegurar que os preços estejam compatíveis com o mercado, utilizando sistemas de



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

consulta como tabela de referencia;

**13.1.11** Acompanhar a evolução dos preços e promover reequilíbrio quando necessário;

**13.1.12** Aplicar penalidades quando cabíveis;

### **13.2 Obrigações da Contratada**

A CONTRATADA obriga-se a:

#### **13.2.1 Execução Geral**

I - Executar os serviços de forma contínua, com qualidade e dentro das especificações;

II - Disponibilizar infraestrutura tecnológica, equipe técnica e rede credenciada;

III - Manter sistema operacional estável e atualizado;

IV - Nomear preposto para interlocução com o Município;

#### **13.2.2 Sistema e Tecnologia**

I - Implantar, operar e manter sistema de gestão de frotas;

II - Garantir segurança, integridade e disponibilidade dos dados;

III - Fornecer manuais, treinamento e suporte;

IV - Disponibilizar acesso a sistemas de consulta de preços e tempos de serviço (ex: Audatex ou similar);

V - Garantir rastreabilidade completa das operações;

#### **13.2.3 Rede Credenciada**

I - Manter rede credenciada ativa e suficiente;

II - Credenciar novos estabelecimentos sempre que solicitado;

III - Garantir que os credenciados atendam normas técnicas e ambientais;

IV - Capacitar os estabelecimentos para uso do sistema;

#### **13.2.4 Execução Financeira e Faturamento**

I - Emitir nota fiscal mensal consolidada por secretaria;

II - Apresentar relatórios detalhados das transações;

III - Efetuar pagamento pontual à rede credenciada;

IV - Manter regularidade fiscal durante toda a execução;

#### **13.2.5 Responsabilidades Gerais**

I - Assumir todos os custos diretos e indiretos;

II - Responder por danos causados à Administração ou terceiros;

III - Manter condições de habilitação;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

IV - Cumprir legislação trabalhista, previdenciária e ambiental;

V - Garantir conformidade com a LGPD;

### **13.2.6 Controle e Auditoria**

I - Permitir auditoria completa pelo Município;

II - Disponibilizar relatórios e dados sempre que solicitado;

III - Corrigir falhas imediatamente;

IV - Garantir transparência nas operações;

### **13.2.7 Sistema de Rastreamento**

I - Disponibilizar rastreamento veicular por GPS;

II - Permitir monitoramento em tempo real;

III - Fornecer relatórios de deslocamento;

IV - Integrar com sistema de abastecimento e manutenção;

VI - Fornecer e instalar dispositivos sem ônus;

### **13.2.8 Dispositivos e Operação**

I - Fornecer cartões, tags e senhas;

II - Permitir bloqueio e controle em tempo real;

III - Garantir segurança contra uso indevido;

### **13.2.9 Qualidade dos Serviços**

I - Garantir peças originais ou genuínas;

II - Exigir devolução de peças substituídas;

III - Garantir prazos e qualidade dos serviços;

IV - Corrigir serviços defeituosos sem ônus;

### **13.2.10 Relação com a Rede Credenciada**

Garantir que os estabelecimentos:

I - Executem serviços conforme normas técnicas

II - Permitam fiscalização

III - Corrijam falhas em até 5 dias

IV - Não utilizem mão de obra irregular

## **14 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**14.1** Prestado o serviço ou fornecido o produto, peça ou acessório, o objeto será recebido **provisoriamente**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no prazo de até **05 (cinco) dias**.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

### **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**14.2** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser **substituído, corrigido ou refeito no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**14.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação pela Administração.

**14.4** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes de incorreções na execução do objeto, nem afasta a obrigação de reparar eventuais vícios, defeitos ou irregularidades constatadas posteriormente, inclusive durante o prazo de garantia.

**14.5** A CONTRATADA será responsável por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, decorrente de falhas na execução, incluindo custos com remoção, transporte ou serviços corretivos, quando necessários.

### **15 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**15.1** Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº Lei nº 14.133/2021.

**15.2** A dispensa da garantia justifica-se em razão da natureza do objeto, da forma de execução contratual e da ausência de riscos relevantes que justifiquem a sua exigência, não comprometendo a segurança da contratação.

### **16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**16.1** Na execução do objeto, a CONTRATADA deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, promovendo práticas que reduzam impactos ambientais e incentivem o uso responsável de recursos, em conformidade com a legislação vigente.

**16.2** A CONTRATADA deverá, sempre que possível, promover o credenciamento de oficinas, postos e centros automotivos que adotem práticas ambientalmente adequadas, especialmente quanto a:

I – Adoção de procedimentos de reutilização, reciclagem e destinação ambientalmente adequada de peças, componentes e materiais inservíveis;

II – Observância das diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.305/2010 e nas normas do CONAMA, incluindo a Resolução nº 307/2002 e demais legislações aplicáveis;

III – Destinação ambientalmente adequada de óleos lubrificantes usados ou contaminados, combustíveis e embalagens, conforme a Resolução CONAMA nº 362/2005 e normas correlatas;

IV – Utilização de equipamentos, ferramentas e insumos que atendam a critérios de eficiência energética, durabilidade e menor impacto ambiental;

V – Existência de estruturas adequadas para prevenção e contenção de vazamentos de substâncias potencialmente poluentes;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

VI – Utilização de equipamentos que atendam aos requisitos de segurança, níveis de emissão sonora e eficiência energética, conforme normas técnicas aplicáveis.

**16.3** A CONTRATADA deverá orientar sua rede credenciada quanto ao cumprimento das normas ambientais vigentes, podendo o Município, a qualquer tempo, solicitar comprovação das práticas adotadas.

**16.4** O atendimento aos critérios de sustentabilidade deverá ocorrer sem prejuízo da competitividade do certame, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

### **17 PENALIDADES E SANÇÕES**

#### **17.1 Disposições gerais**

**17.1.1** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e administrativa.

**17.1.2** As penalidades serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **17.2 Tipos de sanções**

**17.2.1** Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade.

#### **17.3 Hipóteses de aplicação**

**17.3.1** Constituem, entre outras, hipóteses de aplicação de penalidades:

- I – falhas na execução dos serviços;
- II – descumprimento de prazos estabelecidos;
- III – inconsistências ou irregularidades nas operações registradas;
- IV – indisponibilidade injustificada do sistema;
- V – não atendimento às solicitações da Administração;
- VI – cobrança de valores indevidos;
- VII – utilização de peças ou serviços em desacordo com o contratado;
- VIII – falhas no controle ou gestão da rede credenciada;
- IX – descumprimento das obrigações legais, fiscais ou trabalhistas.

#### **17.4 Advertência**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**17.4.1** A advertência será aplicada em casos de irregularidades de menor gravidade, que não comprometam significativamente a execução do contrato.

### **17.5 Multas**

**17.5.1** A multa será aplicada nos casos de descumprimento contratual, observando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

**17.5.2** Poderão ser aplicadas, entre outras:

- I – multa por atraso na execução dos serviços;
- II – multa por descumprimento de obrigações contratuais;
- III – multa por indisponibilidade do sistema;
- IV – multa por falhas na prestação dos serviços.

**17.5.3** O percentual e a forma de cálculo das multas serão definidos no edital e no contrato.

### **17.6 Impedimento de licitar e contratar**

**12.6.1** Será aplicado nos casos de infrações mais graves, conforme previsto na legislação vigente, especialmente quando houver reincidência ou prejuízo relevante à Administração.

### **17.7 Declaração de inidoneidade**

**12.7.1** Será aplicada nas hipóteses de infrações gravíssimas, como fraude, dolo ou comportamento que comprometa a confiança na execução contratual.

### **17.8 Aplicação das penalidades**

Na aplicação das penalidades, serão considerados:

- I – a gravidade da infração;
- II – os danos causados à Administração;
- III – a vantagem auferida pela contratada;
- IV – a reincidência;
- V – a boa-fé da contratada.

### **17.9 Cumulação de sanções**

As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível.

### **17.10 Descontos e execução de garantias**

**17.10.1** As multas poderão ser descontadas dos valores devidos à contratada.

**17.10.2** Caso necessário, poderão ser utilizadas garantias contratuais para cobertura de prejuízos.

## **18. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## SECRETARIAS MUNICIPAIS

**18.1** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

**18.2** Considerando tratar-se de serviço de natureza contínua, a prorrogação poderá ocorrer por iguais e sucessivos períodos, observados os limites legais e a disponibilidade orçamentária.

**18.3** A prorrogação contratual estará condicionada à:

- I – avaliação satisfatória da execução contratual;
- II – manutenção das condições de habilitação da contratada;
- III – vantajosidade da contratação;
- IV – previsão orçamentária.

**18.4** A Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas na legislação vigente, mediante decisão devidamente motivada.

### 19. GARANTIA CONTRATUAL

**19.1** Considerando a natureza do objeto, caracterizado pela prestação de serviços continuados com pagamento vinculado à execução, **não será exigida garantia contratual**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**19.2** A dispensa da garantia fundamenta-se na ausência de risco relevante de inadimplemento que justifique sua exigência, bem como na adoção de mecanismos de controle, fiscalização e pagamento por demanda efetivamente executada.

### 20 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 20.1 Modalidade e forma de contratação

**20.1.1** A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**20.1.2** O objeto é classificado como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações usuais de mercado, conforme disposto neste Termo de Referência.

#### 20.2 Critério de julgamento

**20.2.1** O critério de julgamento adotado será o de **menor preço**, representado pela **menor taxa de administração**, expressa em percentual (%), incidente sobre o valor total das transações realizadas no âmbito do contrato.

**20.2.2** A taxa de administração poderá ser:

- positiva;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

- nula (zero);
- ou negativa (desconto sobre os valores gerenciados).

**20.2.3** Será considerada vencedora a proposta que apresentar a menor taxa de administração, desde que atendidos os requisitos de habilitação, exequibilidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

**20.2.4** A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, não sendo admitida a posterior cobrança de valores adicionais não previstos.

**20.2.5** Em caso de apresentação de taxa negativa ou potencialmente inexecutável, a Administração poderá realizar diligências para aferição da viabilidade da proposta, podendo solicitar comprovação de sua exequibilidade, nos termos da legislação vigente.

**20.2.6** A adoção da taxa de administração como critério de julgamento justifica-se pela natureza do objeto, consistente na gestão e intermediação de serviços, sendo prática consolidada em contratações de gerenciamento de frotas e compatível com a jurisprudência dos órgãos de controle.

### **20.3 Composição da remuneração da contratada**

**20.3.1** A remuneração da contratada será exclusivamente composta pela taxa de administração ofertada, a qual deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a:

- I – disponibilização, operação e manutenção do sistema informatizado de gestão;
- II – fornecimento de cartões, tags, dispositivos ou tecnologias equivalentes;
- III – implantação, suporte técnico, treinamento e atualizações do sistema;
- IV – gestão, manutenção e expansão da rede credenciada;
- V – fornecimento, instalação, manutenção e operação de sistemas de rastreamento veicular e controle operacional;
- VI – custos administrativos, operacionais, tecnológicos e logísticos.

**20.3.2** Não será admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais à Administração além da taxa de administração contratada.

**20.3.3** Todos os custos relacionados à disponibilização, instalação, manutenção e operação do sistema de rastreamento veicular (GPS ou tecnologia equivalente) deverão estar integralmente incluídos na taxa de administração, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à Administração.

### **20.4 Requisitos de habilitação técnica**

**20.4.1** A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação de serviços de gerenciamento de frotas, abrangendo, no mínimo:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

- gerenciamento de abastecimento de combustíveis;
- fornecimento de peças e acessórios automotivos;
- manutenção preventiva e corretiva de veículos.

**20.4.2** O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações suficientes para verificação da compatibilidade com o objeto licitado, podendo a Administração diligenciar para comprovação de sua veracidade, inclusive mediante solicitação de documentos complementares.

**20.4.3** Não serão aceitos atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da licitante.

**20.4.4** Consideram-se integrantes do mesmo grupo econômico as empresas que possuam:

- relação de controle ou coligação;
- sócios em comum;
- vínculo de direção ou administração compartilhada.

### **20.5 Participação de consórcios**

**20.5.1** Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando a natureza do objeto e a ampla competitividade existente no mercado, o que permite a execução integral por empresas individualmente.

### **20.6 Exequibilidade da proposta**

**20.6.1** A Administração poderá exigir da licitante a comprovação da exequibilidade da proposta, especialmente nos casos de taxa de administração igual ou inferior a zero.

**20.6.2** Nos casos em que a proposta apresentar taxa de administração igual a zero ou negativa, a licitante deverá comprovar, de forma objetiva e documental, a exequibilidade e a sustentabilidade econômica do modelo de negócio proposto, demonstrando que a execução contratual será viável sem prejuízo à qualidade, à continuidade dos serviços e à adequada remuneração da rede credenciada, sob pena de desclassificação.

**20.6.3** Poderão ser realizadas diligências para verificar a viabilidade econômica da proposta e a sustentabilidade do modelo de negócio apresentado.

**20.6.4** A Administração poderá rejeitar proposta que, embora formalmente válida, apresente indícios de inexecuibilidade, quando demonstrada a inviabilidade econômica da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **20.7 Vedação de práticas indevidas**

**20.7.1** Não serão admitidas propostas que:

- sejam inexecuíveis ou incompatíveis com os custos do mercado;
- impliquem transferência indevida de custos à rede credenciada;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## SECRETARIAS MUNICIPAIS

- III – comprometam a qualidade, continuidade ou rastreabilidade dos serviços;
- IV – prevejam cobranças indiretas ou não previstas neste Termo de Referência;
- V – contrariem os princípios da transparência, economicidade e eficiência administrativa.

### 20.8 Habilitação

**20.8.1** A habilitação dos licitantes observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, abrangendo:

- I – habilitação jurídica;
- II – regularidade fiscal e trabalhista;
- III – qualificação técnica;
- IV – qualificação econômico-financeira.

### 21 DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

**21.1** Conforme exigência legal (Lei nº 14.133/2021), foi realizada ampla pesquisa de mercado visando à definição dos parâmetros econômicos da contratação. Esta etapa contemplou a análise de taxas administrativas e de credenciamento (taxas secundárias), observando as especificidades de cada segmento (combustíveis e manutenção).

**21.2** A metodologia adotada fundamentou-se em **Benchmarking de Mercado**, através da consulta ao **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e análise de editais de municípios mineiros e consórcios intermunicipais. Os mapas de preços, memórias de cálculo e as referências de editais similares integram os documentos anexos a este Termo de Referência.

### 22 TAXAS

#### 22.1 Taxa de Administração

**22.1.1** A taxa de administração corresponde à remuneração da empresa gerenciadora pelos serviços de gestão da frota, sendo este o objeto principal de disputa entre as licitantes.

**22.1.2** Com base na média apurada nas pesquisas de mercado anexas, fica estabelecido como teto máximo o seguinte percentual:

ITEM	DESCRIÇÃO	TAXA ADMINISTRATIVA (TETO)	VALOR ESTIMADO
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frotas, por meio de sistema informatizado, com rede credenciada para abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e serviços em geral, incluindo controle operacional, gestão de custos e monitoramento em tempo real da frota municipal.	1,00%	R\$ 2.452.000,00

**22.1.3** A taxa deverá ser apresentada em percentual, **podendo ser igual a zero ou negativa**, conforme estratégia de negócio da licitante.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## SECRETARIAS MUNICIPAIS

**22.1.4** Em caso de oferta de taxa negativa, a licitante deverá demonstrar a exequibilidade da proposta através da viabilidade de sua remuneração via Taxas Secundárias, em consonância com os preços de mercado praticados pela rede credenciada.

### 22.2 Taxas de Credenciamento da Rede

**22.2.2** Considerando as particularidades do mercado, especialmente a diferença estrutural entre postos de combustíveis e estabelecimentos de manutenção, foram definidos **tetos distintos para as taxas de credenciamento**, conforme abaixo:

ITEM	SEGMENTO	TAXA MÁXIMA DE CREDENCIAMENTO (secundaria)
1	Postos de combustíveis	3,60%
2	Oficinas mecânicas, autopeças e serviços correlatos	6,97%

**22.2.3** A definição de percentuais distintos justifica-se pelas diferenças estruturais entre os segmentos envolvidos, especialmente quanto aos modelos de operação, às margens de lucro praticadas e à composição de custos, conforme evidenciado nos estudos anexos. Tais particularidades fundamentam a fixação de tetos específicos por segmento, com o objetivo de preservar a compatibilidade com o preço de balcão e assegurar o equilíbrio econômico da contratação.

**22.2.4** As taxas acima representam o **limite máximo global de cobrança**, sendo vedada a instituição de quaisquer outras tarifas, encargos ou cobranças adicionais aos credenciados que, somadas, ultrapassem os percentuais estabelecidos. A apuração das taxas encontram-se nos documentos em anexo que integram este processo.

**22.2.5** Considera-se taxa de credenciamento o somatório de todas as cobranças realizadas pela CONTRATADA aos estabelecimentos credenciados, incluindo taxas administrativas, operacionais, de transação ou quaisquer outras.

**22.2.6** Não se incluem nessa definição eventuais taxas de antecipação de recebíveis, desde que pactuadas entre as partes e respeitado prazo mínimo **de 30 (trinta)** dias para pagamento.

### 23. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 2.452.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais)** apurado com base no histórico de consumo da frota municipal e projeção para o período de 12 (doze) meses, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PERÍODO (MESES)	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo fornecimento de peças, acessórios,	Mês	12	R\$ 112.500,00	R\$ 1.350.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## SECRETARIAS MUNICIPAIS

	lubrificantes e pneus				
2	Fornecimento de combustíveis (gasolina, etanol, diesel S500 e diesel S10)	Mês	12	R\$ 91.833,33	R\$ 1.102.000,00
<b>TOTAL GERAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 2.452.000,00</b>	

*"Os serviços de manutenção e o fornecimento de peças são operacionalizados de forma integrada por meio do sistema de gerenciamento, razão pela qual seus custos foram consolidados em um único grupo."*

### 23.1 Dos Valores Máximos para Prestação dos Serviços e Aquisição de Peças

**23.1.1** As oficinas integrantes da rede conveniada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual material está sendo adquirido.

**23.1.2** A contratada deverá adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

**23.1.3** No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço ficará a cargo do fiscal designado pelo Município.

**23.1.4** A fiscalização de preços ficará a cargo do fiscal designado pelo Município, devendo a contratada garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de à vista.

**23.1.5** O valor dos produtos, combustíveis, peças e serviços estimados para fornecimento não poderá ultrapassar as tabelas referencias de cada segmento.

**23.1.6** Para parametrizar os valores máximos dos produtos, combustíveis, peças e serviços, serão utilizados o levantamento de preços de mercado e tabela da ANP para combustíveis, preços constantes nas tabelas oficiais das montadoras e também poderão ser utilizadas tabelas de preços como Audatex, Partlink, Tabela Traz Valor e/ou similares.

### 24 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta das dotações orçamentárias:

#### Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Ficha 085 02.02.01.04.122.0017.2015.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.500.0000

Ficha 089 02.02.01.04.122.0017.2015.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.0000



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

### **Secretaria Municipal de Educação**

Ficha 171 02.04.01.12.361.0004.2029.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.500.000  
Ficha 171 02.04.01.12.361.0004.2029.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.718.000  
Ficha 313 02.04.01.12.361.0006.2047.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.550.000  
Ficha 173 02.04.01.12.361.0004.2029.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000  
Ficha 316 02.04.01.12.361.0006.2047.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.550.000

### **Secretaria Municipal de Saúde**

Ficha 442 02.06.01 10.301.0008.2183 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000  
Ficha 456 02.06.01 10.302.0008.2066 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000  
Ficha 532 02.06.01 10.301.0009.2182 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.600.000  
Ficha 532 02.06.01 10.301.0009.2182 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.621.000  
Ficha 563 02.06.01 10.302.0009.2182 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.600.000  
Ficha 563 02.06.01 10.302.0009.2182 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.621.000  
Ficha 575 02.06.01 10.302.0009.2183 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.600.000  
Ficha 607 02.06.01 10.304.0009.2182 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.621.000

### **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Ficha 654 02.07.01.08.242.0011.2090.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000  
Ficha 671 02.07.01.08.244.0011.2094.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.500.000  
Ficha 673 02.07.01.08.244.0011.2094.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000  
Ficha 683 02.07.02.08.243.0011.2091.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.500.000  
Ficha 685 02.07.02.08.243.0011.2091.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000  
Ficha 703 02.07.03.08.122.0011.2095.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.660.000  
Ficha 706 02.07.03.08.122.0011.2095.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.660.000  
Ficha 734 02.07.03.08.244.0011.2193.3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.660.000  
Ficha 737 02.07.03.08.244.0011.2193.3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.660.000

### **Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Ficha 921 02.11.01 04.122.0019.2130 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.500.000  
Ficha 923 02.11.01 04.122.0019.2130 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.500.000

### **Secretaria Municipal de Urbanismo**

Ficha 906 02.10.01 15.452.0013.2128 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.709.000  
Ficha 906 02.10.01 15.452.0013.2128 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.720.000  
Ficha 908 02.10.01 15.452.0013.2128 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.709.000  
Ficha 908 02.10.01 15.452.0013.2128 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.720.000  
Ficha 912 02.10.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.709.000  
Ficha 912 02.10.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.720.000  
Ficha 914 02.10.01 26.782.0013.2121 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.709.000



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

Ficha 914 02.10.01 26.782.0013.2121 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.720.000

### **Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes**

Ficha 861 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.709.000

Ficha 861 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte de recurso: 1.720.000

Ficha 863 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.709.000

Ficha 863 02.09.01.26.782.0013.2121 3.3.90.39.00 Fonte de recurso: 1.720.000

## **25 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **25.1 Do Sistema de Registro de Preços**

**25.1.1** Homologada a licitação, será lavrado um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura aquisição.

**25.1.2** Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Adjudicatária deverá comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.

**25.1.3** O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será o município de Pimenta-MG.

**25.1.4** A Adjudicatária terá até 05 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação.

**25.1.5** O prazo para assinatura estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

**25.1.6** É facultado ao Órgão ou Entidade Gerenciadora convocar os licitantes remanescentes quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições determinados no edital.

**25.1.7** A Ata de Registro de Preços será lavrada em 02 (duas) vias.

**25.1.8** A Ata de Registro de Preços a ser celebrada, conforme Minuta integrante do Edital, conterá, dentre suas cláusulas: o órgão ou a entidade gerenciadora, o detentor, o objeto registrado, o valor total, o valor das taxas Administrativas adjudicadas, o teto máximo da taxa total de credenciamento, as obrigações, as sanções, as condições a serem praticadas.

**25.1.9** Para ciência dos interessados e efeitos legais, as publicações do extrato e do resumo do contrato no Diário Oficial do Município serão providenciadas e correrão por conta e ônus da Administração Municipal.

**25.1.10** Durante a vigência do contrato, poderá haver necessidades de expansão ou supressão dos serviços, que respeitarão as legislações vigentes.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

### **25.2 Do Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços**

**25.2.1** A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado desde que haja anuência do fornecedor e que os preços e condições sejam vantajosas para a Administração, na forma do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 10, XII, do Decreto Municipal nº 18.242/2023.

**25.2.2** A prorrogação da ata dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

**25.2.3** Da Ata de Registro de Preços formalizada poderá ser celebrado contrato administrativo, na forma do Art. 84 parágrafo único da Lei 14.133/21.

**25.2.4** O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade do Contrato/Ata de Registro de Preços, e poderá ser prorrogado nos termos do Art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**25.2.5** Durante o prazo de validade do Contrato/Ata de Registro de Preços o Município de Pimenta/MG não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais, produtos e serviços objeto deste, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, deste fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa contratada.

**25.2.6** Para ciência dos interessados e efeitos legais, as publicações do extrato e do resumo da ARP no Diário Oficial do Município serão providenciadas e correrão por conta e ônus da Administração Municipal.

## **26 DO PAGAMENTO**

**26.1** O Município de Pimenta/MG efetuará o pagamento à contratada exclusivamente pelos valores correspondentes à efetiva execução do objeto, conforme proposta adjudicada, já incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos necessários à execução contratual.

**26.2** A remuneração da contratada dar-se-á exclusivamente mediante a aplicação do percentual da taxa de administração adjudicada, incidente sobre o valor total mensal das transações efetivamente realizadas e devidamente autorizadas.

**26.3** O valor mensal faturado corresponderá à soma das transações realizadas na rede credenciada, compreendendo:

I – fornecimento de combustíveis;

II – fornecimento de peças, acessórios, pneus e insumos automotivos (lubrificantes, fluidos automotivos, aditivos, agente redutor líquido automotivo – ARLA 32).

III – execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

**26.4** Todas as transações deverão observar, obrigatoriamente, os preços à vista praticados no mercado, devidamente comprovados por documentos fiscais emitidos no momento da operação,





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

sendo vedada a aplicação de quaisquer acréscimos, sobretaxas ou encargos indevidos.

**26.5** Para fins de controle, auditoria e rastreabilidade, a Nota Fiscal/Fatura emitida pela contratada deverá conter, de forma destacada, clara e individualizada:

- I – o valor bruto total das transações realizadas no período;
- II – o percentual da taxa de administração aplicada;
- III – o valor absoluto correspondente à taxa de administração;
- IV – o valor líquido a ser pago pelo Município;
- V – declaração expressa de que os preços praticados correspondem a valores à vista.

**26.6 É obrigatória a demonstração segregada da taxa de administração**, sendo vedada sua inclusão de forma implícita ou embutida no valor global.

**26.7** O faturamento mensal deverá ser acompanhado, obrigatoriamente, de relatório analítico detalhado, em formato digital editável e pesquisável, contendo, no mínimo:

- I – identificação do veículo (placa, modelo, secretaria/unidade);
- II – identificação do estabelecimento credenciado (razão social e CNPJ);
- III – data da operação;
- IV – tipo de despesa (combustível, peça ou serviço);
- V – descrição detalhada dos itens ou serviços;
- VI – quantitativos e valores unitários;
- VII – valor total da operação;
- VIII – número da ordem de serviço/autorização (NAF ou equivalente);
- IX – quilometragem do veículo (quando aplicável);
- X – indicação do preço de referência de mercado, quando aplicável (ex: tabela fabricante, ANP, etc.);
- XI – indicação expressa da incidência da taxa de administração.

**27.8** O relatório deverá conter, adicionalmente, campo específico informando:

- I – percentual de taxa de credenciamento praticada junto ao estabelecimento;
- II – eventual valor descontado ou retido do credenciado;
- III – declaração de conformidade com os limites máximos estabelecidos no Termo de Referência.

**27.9** A omissão dessas informações implicará na **não aceitação do faturamento**.

**27.10** O Município somente efetuará pagamento mediante:

- I – apresentação da Nota Fiscal eletrônica nos termos deste Termo;
- II – relatórios analíticos completos;
- III – documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos credenciados;
- IV – comprovação da autorização prévia da despesa;
- V – atesto do fiscal do contrato.

**27.11** O percentual da taxa de administração permanecerá fixo e irrevogável durante toda a vigência da Ata/Contrato.

**27.12** É vedada a cobrança de quaisquer valores adicionais, taxas, tarifas ou encargos não previstos neste Termo de Referência, sob pena de glosa, aplicação de sanções administrativas e eventual



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

rescisão contratual.

**27.13** A contratada é a única responsável pelo pagamento da rede credenciada, inexistindo qualquer vínculo financeiro entre os estabelecimentos e o Município.

**27.14** Os pagamentos aos credenciados deverão ocorrer em prazo compatível com operações à vista, sendo vedada a transferência de qualquer ônus financeiro ao Município.

**27.15** A contratada deverá apresentar a documentação para faturamento até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente à execução.

**27.16** O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da documentação completa e devidamente atestada.

**27.17** Constatadas divergências, inconsistências ou indícios de irregularidade, o pagamento será suspenso até a devida regularização, sem incidência de encargos para a Administração.

**27.18** O Município poderá, a qualquer tempo:

- I – auditar os preços praticados;
- II – confrontar valores com tabelas oficiais e de mercado;
- III – verificar a conformidade das taxas de credenciamento;
- IV – requisitar documentos complementares;
- V – realizar glosas de valores indevidos.

**27.19** Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de regularidade fiscal ou descumprimento contratual.

**27.20** O pagamento não implica quitação definitiva, permanecendo resguardado ao Município o direito de auditoria posterior e restituição de valores pagos indevidamente.

## **28 DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS**

**28.1** Por ocasião dos pagamentos, o Município de Pimenta/MG efetuará as retenções tributárias obrigatórias previstas na legislação vigente, observando-se as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

**28.2** As retenções incidirão independentemente do destaque dos tributos na nota fiscal ou fatura apresentada, prevalecendo os percentuais definidos na legislação em vigor à época do pagamento.

**28.3** A detentora/contratada deverá observar integralmente as disposições **do Decreto Municipal nº 3.292/2023**, especialmente no que se refere à correta emissão dos documentos fiscais, sob pena de:

- Não aceitação da nota fiscal;
- Devolução do documento para correção;
- Suspensão do prazo de pagamento até a regularização.

**28.4** Nos termos do Decreto Municipal nº 3.292/2023 e da legislação federal correlata, o Município



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## SECRETARIAS MUNICIPAIS

procederá à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), conforme disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/96 e na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, inclusive nos casos de:

- Pagamentos antecipados;
- Fornecimento para entrega futura;
- Prestação de serviços continuados ou parcelados.

**28.5** A detentora/contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, ficará dispensada da retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente sua condição, mediante:

- Declaração expressa na nota fiscal; ou
- Apresentação de documento oficial atualizado que comprove o enquadramento.

**28.6** A ausência de comprovação da condição de optante pelo Simples Nacional implicará na realização das retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação aplicável.

**28.7** É de responsabilidade exclusiva da detentora/contratada a correta classificação fiscal dos serviços e produtos constantes na nota fiscal, inclusive quanto à incidência de tributos, não cabendo ao Município qualquer ônus decorrente de erros de enquadramento tributário.

**28.8** Eventuais inconsistências ou erros na emissão dos documentos fiscais que impliquem retenções indevidas ou a menor poderão ensejar:

- Glosa parcial ou total do pagamento;
- Necessidade de reapresentação da nota fiscal corrigida;
- Responsabilização da contratada por eventuais prejuízos causados à Administração.

## 29 CESSÃO DE CRÉDITO

**29.1** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios decorrentes deste contrato em favor de instituição financeira, nos termos da legislação vigente.

**29.2** A eficácia da cessão de crédito perante a Administração Pública ficará condicionada à formalização de **termo aditivo ao contrato**, devidamente aprovado pela autoridade competente.

**29.3** A formalização da cessão dependerá da comprovação, tanto pela cedente (contratada) quanto pela cessionária, de:

- Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Ausência de impedimento para licitar e contratar com o Poder Público;
- Regularidade perante cadastros restritivos da Administração Pública;
- Atendimento às demais exigências legais e contratuais aplicáveis.

**29.4** A cessão de crédito não altera a natureza das obrigações contratuais, permanecendo:

- Integralmente válidas todas as cláusulas do contrato;
- Mantidas todas as prerrogativas da Administração Pública;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

- Preservadas todas as condições de execução, fiscalização e controle.

**29.5** O valor a ser pago à cessionária corresponderá exclusivamente ao crédito líquido devido à contratada, após:

- Aplicação de multas e penalidades;
- Realização de glosas por inconsistências ou irregularidades;
- Descontos legais e contratuais;
- Verificação da efetiva execução do objeto.

**29.6** A cessão de crédito não transfere à cessionária quaisquer responsabilidades relativas à execução do objeto contratual, que permanecerão integralmente sob responsabilidade da contratada.

**29.7** A Administração poderá, a qualquer tempo, opor à cessionária todas as exceções, defesas e condições que seriam oponíveis à contratada, inclusive quanto a:

- Inexecução total ou parcial do contrato;
- Divergências de valores;
- Irregularidades na prestação dos serviços;
- Descumprimento de obrigações contratuais.

**29.8** A cessão de crédito não gera, em nenhuma hipótese, obrigação solidária ou subsidiária da Administração perante a cessionária além do estritamente devido nos termos do contrato.

### **30 REAJUSTE E REEQUILIBRIO DE PREÇOS**

**30.1** A taxa de administração adjudicada será fixa e irrevogável pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação das propostas, nos termos da legislação vigente.

**30.2** Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, poderá ser admitido reajuste, caso aplicável, mediante índice oficial previamente definido no edital/contrato.

**30.3** Fica assegurado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses de:

- Fatos imprevisíveis;
- Fatos previsíveis de consequências incalculáveis;
- Caso fortuito ou força maior;
- Fato do príncipe ou da Administração.

**30.4** Para fins de solicitação de reequilíbrio, a detentora/contratada deverá apresentar:

- Requerimento formal;
- Demonstração analítica da variação de custos;
- Documentos comprobatórios idôneos;
- Memória de cálculo detalhada do impacto financeiro.

**30.5** O Município poderá, para análise do pedido:

- Realizar pesquisa de mercado;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## SECRETARIAS MUNICIPAIS

- Utilizar sistemas referenciais de preços;
- Solicitar complementação de informações;
- Indeferir pedidos não devidamente comprovados.

**30.6** O reequilíbrio econômico-financeiro, quando concedido, terá efeitos a partir da data do protocolo do pedido, vedada a retroatividade sem a devida comprovação.

**30.7** Na hipótese de redução comprovada dos preços de mercado, o Município poderá promover a revisão dos valores registrados, visando à adequação às condições mais vantajosas, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**30.8** A ausência de comprovação de desequilíbrio econômico-financeiro implicará no indeferimento do pedido, permanecendo a contratada obrigada ao cumprimento das condições pactuadas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

### 31 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e o fato de que os pagamentos serão realizados após a efetiva execução e comprovação dos serviços.

#### 31.1 DA GARANTIA DE PEÇAS E MANUTENÇÃO

**31.1.1** As oficinas e estabelecimentos integrantes da rede credenciada pela contratada deverão assegurar garantia mínima dos serviços executados e das peças fornecidas, conforme disposto a seguir:

- Garantia mínima de **03 (três) meses** para as peças fornecidas e instaladas, contados a partir da emissão da respectiva nota fiscal;
- Garantia mínima de **03 (três) meses** para os serviços executados, quando não houver fornecimento de peças, contados da emissão da nota fiscal;
- Para serviços de **lanternagem e pintura**, a garantia mínima será de **12 (doze) meses**;
- Para serviços de **alinhamento de direção, cambagem, balanceamento e borracharia**, a garantia mínima será de **30 (trinta) dias**;
- As peças e componentes poderão possuir garantia superior à mínima exigida, conforme política do fabricante, prevalecendo sempre o maior prazo.

**31.1.2** Durante o período de garantia, os estabelecimentos credenciados deverão, **sem qualquer ônus para o Município**:

- Substituir peças, materiais ou componentes que apresentem defeito;
- Refazer serviços executados de forma inadequada ou com vícios;
- Sanar falhas decorrentes de defeitos de fabricação ou de execução;
- Realizar as correções necessárias no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação formal do Município.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**31.1.3** Todos os serviços executados e materiais fornecidos estarão sujeitos à fiscalização e aceitação pelo Município, que verificará sua conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

**31.1.4** Na hipótese de não aceitação, total ou parcial, dos serviços ou materiais:

- A contratada deverá providenciar, junto à rede credenciada, a imediata correção, substituição ou refazimento;
- Todas as despesas decorrentes, inclusive transporte, remoção e reinstalação, correrão por conta da detentora/contratada e/ou do estabelecimento credenciado;
- A regularização deverá ocorrer no prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**31.1.5** A contratada será responsável por garantir que sua rede credenciada cumpra integralmente as condições de garantia aqui estabelecidas, respondendo solidariamente por eventuais descumprimentos.

## **32 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**32.1** O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

**32.2** Na aplicação das sanções, serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos causados à Administração;
- a eventual adoção ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo contratado.

**32.3** As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, observado o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

**32.4** Sem prejuízo das penalidades legais, poderão ser aplicadas sanções específicas nos casos de:

- falhas na execução dos serviços;
- inconsistências nos relatórios e dados apresentados;
- descumprimento de prazos;
- cobrança indevida de taxas ou valores não previstos contratualmente;
- ausência de rastreabilidade ou transparência nas operações realizadas pela rede credenciada.

## **33 DO PARCELAMENTO DO OBJETO**

**33.1** A contratação será realizada em item único, considerando a natureza integrada dos serviços de gerenciamento de frotas, que demandam:

- centralização de dados;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

- padronização de procedimentos;
- interoperabilidade entre os módulos do sistema;
- rastreabilidade completa das operações.

**33.2** O parcelamento do objeto comprometeria a eficiência da gestão, dificultaria a consolidação das informações e inviabilizaria o controle efetivo dos gastos, especialmente quanto à fiscalização de preços, auditoria de serviços e identificação de eventuais inconsistências ou sobrepreços.

**33.3** Ademais, a divisão do objeto acarretaria riscos operacionais, aumento de custos administrativos e perda de eficiência na tomada de decisão, contrariando o interesse público.

### **34. ALTERAÇÃO SUBJETIVA DO CONTRATO**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- I – sejam mantidos todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- II – não haja prejuízo à execução do objeto contratado;
- III – sejam preservadas todas as condições contratuais;
- IV – haja anuência prévia e expressa da Administração.

### **35. TERMO DE CIÊNCIA DO FISCAL**

Eu, **Maykon Espindola Bitencourt**, declaro estar ciente de minha designação como Fiscal do Contrato referente ao objeto deste Termo de Referência. Comprometo-me a desempenhar minhas funções com diligência, imparcialidade e integridade, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais, o controle de prazos e a avaliação do desempenho da contratada. Estou ciente da importância de documentar todas as comunicações e ocorrências relacionadas ao contrato.

---

Maykon Espindola Bitencourt

### **36. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**36.1** A contratada é responsável pela veracidade, fidelidade e integridade de todas as informações prestadas e dos documentos apresentados, tanto na fase de contratação quanto na execução contratual, especialmente aqueles relacionados às transações realizadas na rede credenciada, podendo a constatação de falsidade, omissão ou inconsistência ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e das responsabilidades civil e penal.

**36.2** O eventual descumprimento de exigências de natureza meramente formal, que não comprometam a aferição da capacidade da contratada, a transparência das operações, a rastreabilidade dos dados ou a adequada execução do objeto, não implicará, necessariamente, na





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

aplicação de penalidades, desde que não haja prejuízo ao interesse público nem afronta aos princípios da Administração Pública.

**36.3** A Administração poderá revogar o processo de contratação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurado o devido processo legal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**36.4** A contratada reconhece que a inexecução total ou parcial do objeto, bem como o descumprimento das condições relativas à operação do sistema, à gestão da rede credenciada, à transparência das informações e à rastreabilidade das transações, poderá ensejar a rescisão unilateral da contratação pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**36.5** A Administração providenciará a publicidade dos atos decorrentes desta contratação nos meios oficiais, incluindo extratos da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, garantindo a transparência e o atendimento ao princípio da publicidade.

**36.6** Integram este Termo de Referência, para todos os fins:

I – o Estudo Técnico Preliminar (ETP);

II – o Documento de Formalização da Demanda (DFD);

III – a pesquisa de preços e o mapa de apuração que definiu os parâmetros econômicos da contratação;

IV – as definições das taxas (administração e credenciamento) e suas memórias de cálculo;

V – demais documentos técnicos e administrativos que instruem o processo.

**36.7** Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, com fundamento na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006 e nas normas que regem as contratações públicas, sempre observando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

**36.8** A execução do objeto deverá garantir, de forma contínua:

I – transparência integral das operações realizadas;

II – rastreabilidade completa das transações efetuadas na rede credenciada;

III – observância dos preços praticados à vista no mercado;

IV – adequada gestão e controle dos custos envolvidos;

V – disponibilização de informações fidedignas e auditáveis à Administração.

Parágrafo único: O descumprimento dessas condições poderá ensejar a aplicação de glosas, sanções administrativas e demais medidas cabíveis para resguardar o interesse público.

### **37. APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR 123/06**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

### SECRETARIAS MUNICIPAIS

**37.1 Da Inaplicabilidade de Licitação Exclusiva (Art. 48, I):** Não será concedido tratamento de exclusividade à participação de **microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP** ou equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que o valor estimado da contratação supera o limite legal estabelecido para tal benefício.

**11.2** Não será estabelecida cota reservada à participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da natureza indivisível do objeto.

**37.3** A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento de frotas, mediante sistema informatizado e rede credenciada, caracterizando-se como solução integrada, cuja execução exige padronização operacional, centralização das informações e controle unificado.

**37.4** A eventual divisão do objeto em cotas ou itens distintos comprometeria:

- I – a integração e consolidação dos dados operacionais;
- II – a rastreabilidade das transações realizadas;
- III – o controle administrativo e financeiro da frota;
- IV – a eficiência da fiscalização contratual;
- V – a economicidade e a qualidade da execução do objeto.

**37.5** A fragmentação da contratação implicaria a utilização de múltiplos sistemas e redes credenciadas, gerando riscos operacionais, inconsistências de informações, aumento de custos indiretos e prejuízo à transparência e ao controle da Administração.

**37.6** Dessa forma, resta demonstrada a inviabilidade técnica e econômica da aplicação dos benefícios previstos no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, **sem prejuízo da ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame.**

### **38. CONTATO DO DEMANDANTE PARA ESCLARECIMENTOS/DÚVIDAS SOBRE O OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

NOME: **Central de Planejamento, Coordenação, e Gestão de Contratações Públicas**

TELEFONE: **(37) 3412-2820**

E-MAIL: [gestaocontratacoespimentamg@gmail.com](mailto:gestaocontratacoespimentamg@gmail.com)

**Pimenta/MG, 06 de maio de 2026.**

Central de Planejamento, Coordenação,  
e Gestão de Contratações Públicas – CPCG



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 16.725.962/0001-48

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

APROVAMOS O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAMOS A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO



Assinatura Eletrônica por: Maria Gorete Araújo Costa, em: 06/05/2026 10:12:13 - Secretária Municipal de Educação, CPF: \*\*\*.378.836\*\*. Hash: d9d4f495e875a2e075a1a4a6e1b9770f&st=int

**Maria Gorete de Araújo Costa**

*Secretaria Municipal de Educação*



Assinatura Eletrônica por: Judas Tadeu Pinto, em: 06/05/2026 10:14:46 - Secretário Municipal de Obras, Serviços e Transportes, CPF: \*\*\*.431.436\*\*. Hash: 9a1158154dfa42caddbd0694a4e9bdc6&st=int

**Judas Tadeu Pinto**

*Secretário Municipal de Obras e Transporte*



Assinatura Eletrônica por: Rafael Silva Alves, em: 06/05/2026 10:57:18 - Secretário Municipal de Urbanismo, CPF: \*\*\*.419.496\*\*. Hash: 1c383cd30b7c298ab50293adfecb7b18&st=int

**Rafael Alves Silva**

*Secretário Municipal de Urbanismo*



Assinatura Eletrônica por: Kenia Sidalia do Carmo, em: 06/05/2026 10:37:00 - Secretária Municipal de Administração, CPF: \*\*\*.440.756\*\*. Hash: e4da3b7fbbce2345d7772b0674a318d5&st=int

**Kênia Sidália do Carmo**

*Secretaria Municipal de Administração e Planejamento*



Assinatura Eletrônica por: Erika da Silveira Barbosa, em: 06/05/2026 10:10:04 - Secretária Municipal de Assistência Social, CPF: \*\*\*.819.816\*\*. Hash: a684ecccc76fc522773286a895bc8436&st=int

**Érica Silveira Barbosa**

*Secretaria Municipal de Assistência Social*



Assinatura Eletrônica por: Linara Mirelle Domingos, em: 06/05/2026 14:37:27 - Secretária Municipal de Saúde, CPF: \*\*\*.474.946\*\*. Hash: c0c7c76d30bd3dcaefc96f40275bdc0a&st=int

**Linara Mirelle Domingos**

*Secretaria Municipal de Saúde*



Assinatura Eletrônica por: Maykon Espindola Bitencourt, em: 06/05/2026 15:52:57 - Secretário Agric.Pecuaria e Abastecimento, CPF: \*\*\*.227.866\*\*. Hash: 72b32a1f754ba1c09b3695e0cb6cde7f&st=int



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48**

## **SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**Maycon Espíndola**

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Erika da Silveira Barbosa - na Data/Hora: 07/05/2026 08:20:25 - CPF: \*\*\*.819.616\*\* - Ident.: \*\*64396\*\* - Cargo: Secretária Municipal de Assistência Social - Qualificado em: 05/04/2024 - Pelo Documento: Matricula: 3267-5 - Código de Autenticidade da Assinatura: a684ecccc76fc522773286a895bc8436, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



### DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 619935 - Nome do Documento: GESTÃO DE FROTAS - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Erika da Silveira Barbosa - na data: 06/05/2026 10:10:04. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F3L5



## ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Judas Tadeu Pinto - na Data/Hora: 07/05/2026 08:20:25 - CPF: \*\*\*.431.436\*\* - Ident.: \*\* 13.305.6\*\* - Cargo: Secretário Municipal de Obras, Serviços e Transportes - Qualificado em: 14/03/2016 - Pelo Documento: Matricula: 2174-8 - Código de Autenticidade da Assinatura: 9a1158154dfa42caddbd0694a4e9bdc8, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



### DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 619935 - Nome do Documento: GESTÃO DE FROTAS - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Judas Tadeu Pinto - na data: 06/05/2026 10:14:46. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F3L5



## ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Kenia Sidalia do Carmo - na Data/Hora: 07/05/2026 08:20:25 - CPF: \*\*\*.440.756\*\* - Ident.: \*\*13.019.3\*\* - Cargo: Secretária Municipal de Administração - Qualificado em: 15/02/2016 - Pelo Documento: Matricula: 2121-7 - Código de Autenticidade da Assinatura: e4da3b7fbbce2345d7772b0674a318d5, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



### DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 619935 - Nome do Documento: GESTÃO DE FROTAS - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Kenia Sidalia do Carmo - na data: 06/05/2026 10:37:00. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F3L5





## ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Linara Mirelle Domingos - na Data/Hora: 07/05/2026 08:20:25 - CPF: \*\*\*.474.946\*\* - Cargo: Secretária Municipal de Saúde - Qualificado em: 04/01/2021 - Pelo Documento: Matrícula: 2703-5 - Código de Autenticidade da Assinatura: c0c7c76d30bd3dcaefc96f40275bdc0a, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



### DADOS DO DOCUMENTO



Código do Documento: 619935 - Nome do Documento: GESTÃO DE FROTAS - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Linara Mirelle Domingos - na data: 06/05/2026 14:37:27. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F3L5

## ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Maria Gorete Araújo Costa - na Data/Hora: 07/05/2026 08:20:25 - CPF: \*\*\*.378.836\*\* - Cargo: Secretária Municipal de Educação - Qualificado em: 04/01/2021 - Pelo Documento: Matrícula: 2702-0 - Código de Autenticidade da Assinatura: d9d4f495e875a2e075a1a4a6e1b9770f, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



### DADOS DO DOCUMENTO



Código do Documento: 619935 - Nome do Documento: GESTÃO DE FROTAS - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Maria Gorete Araújo Costa - na data: 06/05/2026 10:12:13. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F3L5

## ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Maykon Espindola Bitencourt - na Data/Hora: 07/05/2026 08:20:25 - CPF: \*\*\*.227.866\*\* - Ident.: \*\*13.319.1\*\* - Cargo: Secretario Agric.Pecuaria e Abastecimento - Qualificado em: 11/06/2024 - Pelo Documento: Matrícula: 3297 - Código de Autenticidade da Assinatura: 72b32a1f754ba1c09b3695e0cb6cde7f, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



### DADOS DO DOCUMENTO



Código do Documento: 619935 - Nome do Documento: GESTÃO DE FROTAS - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Maykon Espindola Bitencourt - na data: 06/05/2026 15:52:57. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F3L5

## ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Rafael Silva Alves - na Data/Hora: 07/05/2026 08:20:25 - CPF: \*\*\*.419.496\*\* - Ident.: \*\*-17.230.1\*\* - Cargo: Secretário Municipal de Urbanismo - Qualificado em: 01/10/2021 - Pelo Documento: Matricula: 2880-4 - Código de Autenticidade da Assinatura: 1c383cd30b7c298ab50293adfecb7b18, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



### DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 619935 - Nome do Documento: GESTÃO DE FROTAS - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Rafael Silva Alves - na data: 06/05/2026 10:57:18. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F3L5



## ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Daniela Aparecida da Silva Lima - na Data/Hora: 07/05/2026 08:30:07 - CPF: \*\*\*.127.416\*\* - Cargo: Serviços Gerais - Qualificado em: 01/02/2006 - Pelo Documento: Matricula 980-6 - Código de Autenticidade da Assinatura: ea5d2f1c4608232e07d3aa3d998e5135, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



### DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 619935 - Nome do Documento: GESTÃO DE FROTAS - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Daniela Aparecida da Silva Lima - na data: 07/05/2026 08:30:07. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F3L5



## ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Pablo Henrique da Costa - na Data/Hora: 07/05/2026 08:34:55 - CPF: \*\*\*.457.666\*\* - Cargo: Gerente de Seção de Contabilidade - Qualificado em: 05/01/2026 - Pelo Documento: Port. 2.543/ 2026 - Código de Autenticidade da Assinatura: fc490ca45c00b1249bbe3554a4fdf6fb, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



### DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 619935 - Nome do Documento: GESTÃO DE FROTAS - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Pablo Henrique da Costa - na data: 07/05/2026 08:27:58. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F3L5

